

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA**  
**AMAZÔNIA-PPGCSPA**

Reflexões e contribuições para a etnografia das práticas cotidianas de resistência das  
quebradeiras de coco babaçu de Codó

Ana Carolina Magalhães Mendes

São Luís-MA  
2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLITICA DA**  
**AMAZÔNIA-PPGCSPA**

Reflexões e contribuições para a etnografia das práticas cotidianas de resistência das quebradeiras de coco babaçu de Codó

Ana Carolina Magalhães Mendes

Dissertação apresentada ao Curso *Stricto Sensu* Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), para obtenção de título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helciane de Fátima Abreu Araujo.

São Luís-Ma  
2016

Ana Carolina Magalhães Mendes

Reflexões e contribuições para a etnografia das práticas cotidianas de resistência das quebradeiras de coco babaçu de Codó

Dissertação apresentada ao Curso *Stricto Sensu* Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), para obtenção de título de Mestre em Ciência Política.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup>. Helciane de Fátima Abreu Araujo  
Universidade Estadual do Maranhão-UEMA  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Carmen Lúcia Silva Lima  
Universidade Federal do Piauí-UFPI

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Arydimar Vasconcelos Gaioso  
Universidade Estadual do Maranhão

São Luís- MA  
2016

A Dada (Maria Adelina) em memória  
pela acolhida e ensinamentos no Movimento (MIQCB).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe e meu pai pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida, sem eles esse passo não teria sido possível. Aos meus filhos João Pedro e Julia por ser luz no meu caminho. Aos meus irmãos Eduardo e Marcos por estarem sempre ao meu lado em minhas decisões. A Kerly minha cunhada pelo apoio e carinho que cuidou das crianças sempre que precisei. A minha irmã de coração Ilka Cristina pelo incentivo em todos os momentos. Agradeço ao Igor por me apoiar no cuidado com as crianças nesse momento final que exigiu muita dedicação. A Rosirene pelo incentivo e apoio. As coordenadoras do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB que me apoiaram nesse caminho. Às colegas de trabalho Hélia, Antônia, Sandra, Ariana, Ednalva, Rosalva, Clenilde por me fortalecerem nos momentos difíceis. À Edsonete pelo empenho em me ajudar sempre que precisei. À Francisca Nascimento por sua amizade e preocupação nessa caminhada. A Dona Dijé por cada ensinamento. A Dona Áurea e a todas as quebradeiras de coco de Codó-MA pela acolhida e carinho com que me receberam. A Helciane Araujo toda minha admiração, agradeço por me orientar antes mesmo de cursar o Mestrado, pelo incentivo, pela paciência e ricas contribuições e reflexões teóricas. Ao professor Alfredo Wagner pelo incentivo e oportunidade. Às professoras Jurandir Novaes e Arydimar Gaioso por suas contribuições no processo de qualificação. A todos os professores que compõem o Programa de Pós-Graduação Cartografia Social e Política da Amazônia - PPGCSPA, pela execução de um projeto tão importante para a academia e para as comunidades tradicionais, agradeço a oportunidade desse aprendizado. Aos pesquisadores ligados ao Projeto Cartografia dos Babaçuais: mapeamento social da região ecológica do babaçu, que muito enriqueceu minhas leituras e pelas contribuições dadas ao meu trabalho por essa equipe de professores. A Poliana pelo apoio na finalização do trabalho e construção do mapa que utilizo nessa pesquisa. A Nila por toda a atenção dedicada a nós alunos. Aos colegas de turma, em especial a Jessica e Andrea pela parceria. A FAPEMA por me oportunizar ser bolsista durante todo o curso de Mestrado.

“É preciso que as coisas mudem de lugar para  
que permaneçam onde estão”

(filme O Leopardo)

## **RESUMO**

Esse trabalho é resultado do estudo realizado durante o curso de Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. A pesquisa trata sobre as trajetórias e estratégias assumidas pelas quebradeiras de coco babaçu em seus confrontos cotidianos com agentes econômicos que, ao longo de quatro décadas, investiram em uma rede de negócios que resultam na devastação e privatização dos babaçuais. Procurei compreender como se deu esse movimento de saída das mulheres quebradeiras de coco babaçu dos povoados e municípios vizinhos para os bairros Codó Novo localizado na cidade de Codó-MA, bem como as estratégias utilizadas por seus grupos familiares na defesa dos seus modos de vida. O estudo prioriza, ainda, as relações estabelecidas por elas nesse novo espaço, abordando a identidade das quebradeiras de coco e a mobilidade delas em seus territórios e como a resistência pode se apresentar de diversas maneiras.

**Palavras chaves:** quebradeiras de coco, territórios, identidade e resistência.

## **ABSTRACT**

This work is the result of the study accomplished during the course of Master Degree in Social Cartography and Amazon Policy of State University of Maranhão - UEMA. The research talks about the paths and strategies taken by the babassu coconut breakers in their daily confrontations with economic agents who, for decades invested in a business network that result in the destruction and privatization of babassu. I tried to understand how worked this leaving movement of the breakers women babassu from the towns and neighboring municipalities to Codó Novo neighborhoods located in Codó-MA, as well as the strategies used by their family groups to protect their lifestyles. The study identified relationships established, bringing a reflection on the breakers in their territories in resistance processes that present in different ways.

Key words: coconut breakers, territory, identity and resistance.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Rua do bairro Codó Novo. ....	28
<b>Figura 2</b> Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu.....	28
<b>Mapa</b> “Idas e vindas das quebradeiras de coco babaçu”.....	48

## LISTA DE SIGLAS

- ANVISA - Agência Nacional Vigilância Sanitária
- ASSEMA- Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
- ATES- Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
- CIMQCB - Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco
- CEMAR- Companhia Energética do Maranhão
- FC Oliveira – Francisco Carlos de Oliveira
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- CPT- Comissão Pastoral da Terra
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
- MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- OIT - Organização Internacional do trabalho
- ONG – Organização Não Governamental
- PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
- PGPMbio- Programa Nacional de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade
- PLAN - Plan International Brasil
- PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
- PPGCSPA – Programa de Pós-Graduação Cartografia Social e Política da Amazônia
- SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- STTRs - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPITULO 1 – ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA: recusa às situações de sujeição.....</b>	<b>20</b>
1.1. Codó Novo: Para além das fronteiras rígidas, condições para a organização política.....	23
1.2. Deslocamento da moradia como estratégia de demarcação do território. ....	32
<b>CAPITULO 2- DA PRECISÃO À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA.....</b>	<b>38</b>
2.1. Estratégias de enfrentamento das quebradeiras de coco babaçu.....	45
2.2. Estratégias de relações com as organizações que atuam em Codó Novo.....	49
<b>CAPITULO 3 – “TEM O BABAÇU, LÁ É A MINHA CASA”.....</b>	<b>51</b>
3.1. Economia do babaçu em Codó Novo – rede de comercialização .....	58
3.2. Acessando os Programas e Políticas Governamentais de Comercialização.....	60
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

A gente está livrando a nossa família da poluição, a gente está lutando por toda essa situação que tá aí, e muitas vezes a gente vê, alguém invadiu a terra, a terra mudou de dono, os babaçuais se tornaram de dono, então o babaçu esse da pastagem (...) Mas conseguiu dar um passo nas nossas vidas, na nossa produção, quando já vimos grupos organizados, produzindo e mostrando para o Brasil a nossa capacidade e também tendo coragem de mostrar a nossa identidade, quem tinha vergonha de dizer que era quebradeira, filha de quebradeira, então hoje a gente até sabe que a gente também tá fazendo parte dessa história, dessa nova construção, lutando pela transformação, que essa sociedade necessita (dona Cledeuza Bizerra Oliveira<sup>1</sup>).

Os caminhos que levaram a escolha do meu objeto de estudo neste trabalho de pesquisa estão ligados a minha trajetória de vida como assessoria em movimento social, uma experiência vivenciada com as quebradeiras de coco babaçu, que teve início em 2000 quando conheci a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA, que tem atuação na denominada região do Médio Mearim - MA<sup>2</sup>. Nessa entidade, trabalhei como assessora do Programa de Organização de Mulheres, no período de 2000 a 2003. Quatro anos depois retornei a São Luís, onde assumi a função de assessora do MIQCB, função que exerço até hoje.

Início aqui falando da minha trajetória pessoal, para que ao longo do trabalho eu possa estar mais confortável nas minhas colocações, já que assumo aqui a posição de onde estou falando e, portanto, demonstrando o quanto as minhas ideias estarão em consonância com a posição por mim ocupada. Araujo (2013, p.35), concordando com Santos (2007, p.181), fala sobre essa tomada de posição do pesquisador e chama atenção para a necessidade do pesquisador ser objetivo e não neutro “ser objetivo é deixar-se surpreender pela realidade, e para isso, é necessária a adoção de metodologias de distanciamento crítico, da organização do conhecimento, o que nos garante objetividade e não neutralidade”.

As quebradeiras de coco têm inspirado publicações e pesquisas sobre as mais diversas problemáticas. Especificamente, na área das Ciências Humanas, existem abordagens sobre questões de gênero, lutas pela terra e reconhecimento do território, lutas por direitos

---

<sup>1</sup> Fala de dona Cledeuza Bizerra no **Seminário Populações Tradicionais e Questões de Terra na Pan-Amazônia**, realizado durante o **IV Fórum Social Pan-Amazônico**, em Manaus, dias 18 a 22 /01/2005). E publicado no livro: **Populações Tradicionais Questões de Terra na Pan-Amazônia2006**.

<sup>2</sup> Classificação utilizada pelos movimentos sociais para demarcar as fronteiras de sua atuação política e do seu poder mobilizatório. No caso específico da ASSEMA a região assim definida envolve famílias que se autodenominam quebradeiras de coco e trabalhadores rurais que residem nos municípios de Pedreiras, Lima Campos, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luiz Gonzaga do Maranhão e Peritoró.

como educação, saúde, livre acesso aos babaçuais. Esses estudos são realizados por pesquisadores das mais diferentes formações, como médicos, engenheiros, antropólogos, advogados, pedagogos, sociólogos, geógrafos, biólogos, enfim por diversas áreas do conhecimento. Como resultados desses estudos, existem publicações como monografias, dissertações, teses, artigos científicos de intelectuais de universidades vários estados do Brasil como Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins.

Os próprios movimentos, por sua vez, ao longo dos anos, têm investido em pesquisas, diagnósticos, produção de relatórios e outros produtos de pesquisa em parceria com grupos de pesquisadores, a exemplo do livro **Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados e Guerra Ecológica nos Babaçuais**, produtos de pesquisas realizadas entre 1998-2005, com a participação de pesquisadores e quebradeiras de coco babaçu. Há ainda fascículos, cadernos que trazem temas da realidade das quebradeiras de coco babaçu, produzidos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, e o Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais, construído em 2014, fruto de parceria entre o MIQCB e o grupo de pesquisadores que hoje compõem o Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu, financiado pela Fundação Ford, realizado dentro de uma das linhas de pesquisa do PPGCSPA.

Estudar um grupo com essa especificidade, tão envolvido com pesquisa é desafiador. A pergunta é o que estudar? O que de inovador a minha pesquisa trará ao debate? Essas questões são inevitáveis durante a execução deste trabalho. O que me parecia mais fácil de investigar em um curso de mestrado se tornou um dos maiores desafios. Uma preocupação dobrada, pois não há como dissociar a pesquisa do meu envolvimento com o grupo estudado. O grande dilema que se apresentava era: como, se é que isso é possível, separar a condição de militante da condição de pesquisadora ou como utilizar, com coerência, as informações, cujo acesso só foi possível pela relação de confiança estabelecida com o grupo, enquanto militante, portanto, como fazer uso de informações, sem cair no deslize de divulgar o que não é autorizado, prejudicando, assim, o grupo. Faço essa reflexão pautada nas contribuições de Bourdieu sobre Capital Militante, na compreensão da relação existente entre o militantismo e a obtenção de capital político. Utilizando a reflexão feita por Araujo (2010, p.25), para nos ajudar nessa compreensão, ela nos diz que

O capital militante, que se adquire principalmente no campo político, designa, pela diversidade das formas de engajamento e dos saberes práticos adquiridos nas

mobilizações coletivas um conjunto de relações que movimenta a engrenagem das reivindicações básicas de um grupo social.

O interesse em estudar as quebradeiras de coco que moram no Bairro Codó Novo, situado na sede do município de Codó e não nos “povoados” ou “no interior”<sup>3</sup>, foi motivado pela minha relação de trabalho com o MIQCB. Foi a partir desse ângulo que optei pelo tema e a pesquisa foi se definindo. Sobre o momento da construção do objeto, Bourdieu (2000, p.20) aponta que:

O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de construir objetos socialmente insignificantes em objetos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto.

Ao iniciar a pesquisa, me dei conta de que estava diante da segunda situação apontada por Bourdieu. O desafio seria o de “reconstruir cientificamente” um “objeto” socialmente importante, tanto no campo acadêmico, quanto no campo dos movimentos sociais, e apreendê-lo de um ângulo imprevisto.

A partir de então a delimitação do objeto se deu através da orientação e dos debates feitos durante as disciplinas cumpridas no curso de Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia. Cabe ressaltar que o curso tem em seu quadro de professores-pesquisadores um profundo trabalho de pesquisa sobre as quebradeiras de coco babaçu, o que me confere mais responsabilidade na forma de me colocar no debate.

O convívio com as quebradeiras de coco tem sido uma oportunidade profissional e, sem dúvida pessoal. Tudo faz parte de um aprendizado cotidiano, desde o modo como essas mulheres se relacionam com a família, o trabalho, a relação de respeito com a natureza e com as suas organizações. A incansável luta no reconhecimento de suas identidades, a busca por políticas que reconheçam suas comunidades tradicionais é algo que por si só já é um grande aprendizado e que merece todo o respeito e admiração.

Procurei, então, com a pesquisa, contribuir e provocar uma reflexão a respeito das diversas formas de resistência utilizadas pelas quebradeiras de coco, até mesmo ao sair de

---

<sup>3</sup>“Povoado” ou “interior” são os termos utilizados pelas quebradeiras de coco entrevistadas quando se referem ao lugar onde moravam antes de irem morar em Codó Novo.

suas terras tradicionalmente ocupadas<sup>4</sup> e se reconstruir em um novo espaço que aparentemente não as comportaria. A situação estudada talvez nos traga elementos para entender o fenômeno do deslocamento<sup>5</sup> para uma área considerada “urbana” não como problema, mas como possibilidades a serem vivenciadas em um território que ultrapassa as fronteiras do “rural” e do “urbano”.

Não pretendo, em momento algum, trabalhar com a dualidade clássica “rural” e “urbano”, questionada por Mendras (1969, p.35-36), que procurou entender esses espaços não como uma oposição binária, mas como espaços que se completam.

A oposição entre cidade e campo não é, porém, se não uma face da realidade, pois os citadinos e os rurais formam, em certos aspectos, uma única sociedade. Tem em comum uma mesma cultura, pois partilham das mesmas crenças e das mesmas distrações. Participam de um mesmo mercado econômico, no qual trocam os produtos de suas atividades complementares. Por outro lado, não estão as cidades povoadas com gente proveniente do meio rural?

Essa complementação dos espaços, colocada por Mendras comporta adequadamente a situação estudada. A resistência da identidade das quebradeiras de coco fez com que elas se organizassem politicamente fora dos espaços de moradia ou da produção, dando uma aparência de saída. Percebemos, ao longo da pesquisa, que essa “saída” foi também uma estratégia utilizada para o fortalecimento de suas identidades.

Martins (2012, p.35) se refere a situações semelhantes de deslocamentos, diferenciando-os de migrações, no sentido de ser “uma lógica de deslocamento que inclui retornos sucessivos”. O esforço aqui empreendido é de mostrar como as quebradeiras de coco se deslocam em consequência da ausência de políticas públicas que priorizem as comunidades tradicionais, respeitando o uso de seus territórios.

---

<sup>4</sup> Utilizo essa expressão baseadas em Almeida (2006, p.22) “expressando uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza”.

<sup>5</sup> A escolha pelo uso do termo se dá pelo fato de que as situações identificadas apontam aspectos abordados por Martins (2012, p.35), em seu estudo sobre os deslocamentos como categoria de análise. Utilizo aqui o termo em conformidade com o que a autora trabalha, diferenciando-o da migração, do êxodo rural, que existe planos e medidas para controlar, “no deslocamento inexistente qualquer tipo de intervenção governamental, trata-se de um processo ignorado pelos poderes governamentais locais”. No caso aqui estudado o Estado foi o financiador dos grandes empreendimentos, que provocou a saída de famílias dos seus povoados de origem para a cidade.

Procurei aqui compreender o “deslocamento” das quebradeiras de coco e suas famílias dos povoados para a cidade como uma estratégia de resistência, no sentido atribuído por Scott (2011, p. 2), quando ele considera que “entender essas formas corriqueiras de resistência é entender o que grande parte do campesinato faz “entre revoltas” para defender seus interesses da melhor forma que conseguem fazê-lo”. Indago sobre a resistência à exploração imposta pelos ditos “donos de terras”<sup>6</sup> e como essas mulheres e suas famílias foram se organizando nesse processo de mobilidade.

Trata-se de um exercício, como diz Bourdieu (2000, p.27), “de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco.” Esse processo foi para mim muito conflituoso, pois me sentia na obrigação de ter claro o que queria pesquisar, e ainda ter evidente que pergunta queria responder com esse trabalho. Encontrei-me diante de um obstáculo epistemológico, daquilo que Bachelard (1996, p.17) alerta: “é no âmago do próprio ato de conhecer que aparecem por uma espécie de imperativo funcional, lentidões e conflitos”. Minha inquietação e angústia talvez se desse porque eu estava “diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber” (Idem, 1996, p.17).

Para um primeiro momento da realização desse trabalho conversei em reunião com a coordenação do MIQCB, comunicando meu interesse na realização dessa pesquisa, como resultado dos meus estudos nesse Mestrado. Fiz também uma conversa com a direção da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu em Codó, pedindo permissão a elas para participar de reuniões, para entrevistá-las, acompanhá-las na quebra do coco, explicando que estaria realizando esse trabalho de pesquisa.

Fui também organizando minhas leituras a partir da bibliografia utilizada nas disciplinas desse Curso, a fim de me posicionar no processo de pesquisa. A ansiedade de ir a campo e compreender como se daria cada etapa do trabalho, a abordagem, tomou conta desde o primeiro momento.

A minha primeira viagem foi em abril de 2015, nesse primeiro momento foi apenas de conversa com a presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu, não foi possível encontrar as outras mulheres pois era feriado e elas não estavam indo para a quebra do coco e nem tinha nenhuma reunião programada ou

---

<sup>6</sup>. A expressão *donos de terra* é a forma como as agentes sociais entrevistadas se referem aos seus antagonistas que, no conflito, se apresentam como proprietários das terras.



atividade na Associação. Na oportunidade entrevistei a dona Áurea Maria da Silva, presidente da Associação.

Com essas primeiras entrevistas, fui organizando e orientando a abordagem a ser trabalhada. Em seguida tive a oportunidade em julho do mesmo ano, participar de uma oficina coordenada pelo Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu, em Teresina Piauí. Participei, enquanto assessoria do MIQCB, aproveitando a oportunidade fiz entrevistas com as mulheres quebradeiras de coco da cidade de Codó que ela estavam participando.

Para a realização das entrevistas, fiz três viagens, no período de abril de 2015 a junho de 2016, onde entrevistei as mulheres de forma individual e também coletiva, pois durante a quebra do coco, enquanto elas estavam em grupo, quebrando e conversando, aproveitei o momento para entrevistá-las e também conversarmos, sem gravação mas igualmente importante as informações que pude ter nesse momento. Algumas das entrevistas fiz nas casas das entrevistadas, na solta durante a quebra do coco e outras durante a realização do trabalho na Associação.

Na Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu, entrevistei a quebradeira de coco Maria da Silva que estava produzindo azeite, juntamente com a filha. Foi uma conversa breve, pois ela disse não saber falar muita coisa e também disse estar muito atarefada na produção do azeite.

A entrevista com Dona Marina Ewerton foi realizada no dia dezoito de abril de 2015 na comunidade de Santo Antonio dos Pretos, local onde ela tem uma casa e onde fica parte do seu tempo dedicada à produção. Casada com Senhor Chagas, tem 4 filhos, tem outra casa em Codó Novo, onde mora também. Marina mora com seu companheiro Sr, Chagas há 25 anos, mãe de 4 filhos. Atualmente é presidente da Associação do Puraqué, Na comunidade ela tem roça e o coco próximos. Quando têm mais afazeres na roça ela fica mais tempo na comunidade, conciliando a roça e o coco, quando não, fica no Bairro Codó Novo, onde vai pra quebra do coco e desempenha suas funções de presidente da Associação.

Maria José Alves Almeida da Silva tem 39 anos de idade, casada com o Sr. Raimundo Nonato, mãe de três filhos, sócia da Associação das Quebradeiras de Coco do Bairro Nova Jerusalém. É cuidadora do Projeto Pró Jovem Urbano, um programa do Governo

Federal. Faz parte do projeto da Associação que cultiva hortaliças, para comercialização e consumo da própria família. Permitiu-me fazer uma primeira entrevista logo que nos conhecemos, em Teresina, Piauí, durante a oficina no dia 02 de junho de dois mil e quinze. Na oportunidade estávamos participando do mesmo evento organizado pelo coordenada pelo Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu. Em agosto do mesmo ano fui até a casa dela, em Codó para uma nova entrevista. Nessa visita ela me apresentou a Dona Maria de Jesus com quem fiquei parte da manhã conversando. Da casa dela sai andando pelo bairro até chegar a Associação das Quebradeiras de Coco do bairro Nova Jerusalém, lá conheci mais seis quebradeiras de coco que integram o projeto de produção de hortaliças, que utilizam tanto para consumo como para comercialização. Aproveitei a oportunidade para conversar com elas, foi uma entrevista em grupo, com muitas informações importantes para o trabalho.

Áurea Maria da Silva tem 51 anos, nasceu em Lago da Pedra e foi criada em Lagoa Grande do Maranhão, na época era um povoado de Lago da Pedra. Casada com o senhor Euzébio Alves há 13 anos com quem tem uma filha. Além dessa filha tem dois filhos do primeiro casamento. Atualmente é a presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu. É uma liderança e referência no bairro Codó Novo. Dona Áurea tem um contrato na prefeitura onde trabalha como auxiliar de serviços gerais de posto de saúde, o restante do seu tempo esta voltado para as atividades políticas e organizativas das quebradeiras de coco babaçu.

Eu já conhecia Dona Áurea desde 2008 quando iniciamos um trabalho do MIQCB no município de Codó, o apoio a unidades produtivas de extração de azeite me aproximou da Associação naquele momento para discutirmos a necessidade do grupo comprar uma prensa e também compreender melhor a organização da Associação. Agora com inicio da minha pesquisa nos tornamos mais próximas, pois ela tem me recebido todos os momentos que fui a campo, me apresentando quebradeiras que podem ser informantes para minha pesquisa.

Maria José Melo tem 65 anos, casada há 22 anos com o Sr. Antonio, mãe de seis filhos. Ela foi morar em Codó a pedido de seu filho, que tinha muita vontade de continuar os estudos. É sócia da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu. Atualmente Dona Maria não quebra mais coco, mas às vezes vai com as mulheres

para o babaçal e prepara às vezes a comida quando elas estão em alguma atividade pela Associação.

Maria Raimunda da Silva tem 52 anos, é casada e mãe de 06 filhos. Foi morar em Codó por não ter escola para seus filhos estudarem no povoado Santa Rita. Segunda ela, era um povoado muito afastado, ficando a uma légua da comunidade mais próxima. É sócia da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu. Dona Maria quebra coco todos os dias, mesmo quando o caminhão<sup>7</sup> não passa para levá-las ao Quilometro Dezesete. Ela paga transporte para ir para a quebra do coco e na volta pega carona, pois diz ficar muito caro pagar o transporte.

Maria de Lourdes da Silva morava no povoado Beira, mas antes de ir para Codó Novo morou por dez anos no Pará, no garimpo. Mãe de quatro filhos, quando foi trabalhar no Pará deixou seus filhos com sua mãe na Beira. Assim como dona Maria Raimunda vai para a quebra do coco mesmo nos dias que não tem o caminhão, porque apesar de ser aposentada, sustenta um filho e o neto, por isso diz ter precisão da venda do coco.

Para efeito de exposição da análise do cotidiano dessas mulheres e das suas trajetórias de lutas por sua territorialidade, organizei esse trabalho em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo intitulado **Estratégia de Resistência: recusa às situações de sujeição**, trato sobre a resistência das quebradeiras de coco babaçu frente às condições estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento, refletidas nas diversas formas de exploração impostas pelos ditos “donos das terras”. Apresentando as estratégias elaboradas por esse grupo na garantia da sua reprodução “física e cultural”.

No segundo capítulo **Da Precisão a Organização Política** trago as situações de conflitos e as políticas da década de 1970 que tratam a questão agrária no estado do Maranhão. Abordo as estratégias utilizadas pelas quebradeiras como formas de resistência a essa política de exclusão e sujeição a que as quebradeiras de coco estavam submetidas. Acrescento a essa reflexão as formas organizativas utilizadas política criadas pelo grupo que aparecem em seus depoimentos durante as entrevistas

No terceiro e último capítulo **Onde esta o babaçu lá é minha casa**, faço uma abordagem sobre a economia do babaçu, a partir da organização econômica das quebradeiras

---

<sup>7</sup> Transporte oferecido pela Prefeitura Municipal de Codó às quebradeiras até as áreas de coleta do coco babaçu, cada vez mais distantes, em função do desmatamento dos babaçuais no município de Codó.

de coco de Codó Novo, considerando o acesso aos programas governamentais de comercialização aos quais as quebradeiras de coco tem participado e debatido sobre alterações necessárias, considerando a realidade econômica e social das quebradeiras de coco.

## CAPITULO 1 – **ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA:** recusa às situações de sujeição.

As quebradeiras de coco babaçu são mulheres que realizam a atividade extrativista do coco babaçu. Elas coletam o coco babaçu para retirar as amêndoas nas florestas de babaçu, nas soltas<sup>8</sup>, nos quintais de casas em galpões, barracões. São aproximadamente 27 milhões de hectares de cobertura de floresta de babaçu, envolvendo cerca de 400 mil mulheres, que vivem da atividade, segundo dados do Mapa Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento da Região Ecológica dos Babaçuais, realizado em 2015 pelos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, ligados ao referido Projeto. Esse dado nos mostra um aumento da floresta de babaçu, isso se compararmos com os dados da pesquisa “**Guerra Ecológica dos Babaçuais:** o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia”, realizado em 2005<sup>9</sup>.

Essas mulheres realizam uma atividade de importância histórica e econômica na região denominada “região dos babaçuais”. Essa região envolve os estados do Pará, Piauí, Tocantins e Maranhão. A ideia de região aqui não segue a divisão oficial do Estado, se orienta mais ao que Bourdieu nos diz sobre região “ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações naturais. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne...” Essa denominação de Região Ecológica dos Babaçuais é utilizada pelo MIQCB mostrando que essa é uma região onde existem as quebradeiras de coco babaçu, como comunidades tradicionais, cuidando e vivendo dessa floresta de babaçu (ALMEIDA et al, 2005, p. 41). Mas apesar das quebradeiras serem hoje reconhecidas como povos e comunidades tradicionais, respaldadas pela convenção 169 da Organização Internacional do trabalho - OIT<sup>10</sup>, e da importância que tem na economia dessa região, vive com a sua atividade ameaçada seja pelo latifúndio, pelo agronegócio, grandes empreendimentos e desvalorização do preço dos seus produtos.

---

<sup>8</sup> Soltas - áreas de plantio de capim e de palmeiras de babaçu.

<sup>9</sup> Pesquisa realizada por Almeida, Shiraishi e Carvalho, como parte da Campanha realizada pelo MIQCB “Proteção das Florestas de Babaçu”. No período pesquisado, de acordo com os dados oficiais, a área de ocorrência era de 18 milhões de hectares.

<sup>10</sup> A Convenção 169 tem sido um instrumento importante na conquista de direitos dos povos e comunidades tradicionais. A autoatribuição de reconhecimento da identidade está nela garantido e, portanto, o acesso de direito aos seus territórios. O que não acontece de fato como deveria já que está garantido em lei.

O acesso a terra e território é requisito fundamental para a existência das quebradeiras de coco, pois a grande maioria não possui terras e vive em povoados, nas beiras das estradas e ainda nas periferias das cidades. Marginalizadas por muitos anos pelo exercício da sua atividade, descrita muitas vezes com preconceitos, por quem considera a atividade degradante, de subsistência. Almeida (1990, p. 21 e 22) traz em seu livro **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização**, alguns relatos que mostra os discursos “técnico empresarial” a respeito do babaçu, com uma conotação de uma “economia a organizar”.

O suprimento de matéria prima não satisfaz sequer as necessidades das indústrias existentes (Conselho Nacional de Economia, 1952, 8);

O problema do babaçu, porém chegou a uma situação paradoxal. Toda parte técnico industrial é conhecida e foi resolvida mas **está na dependência do fornecimento regular de matéria prima** (VALVERDE, 1957, p. 4);

Além disso não há no Estado, **uma classe organizada de extratores de amêndoa de babaçu**. O que é uma espécie de **indústria doméstica** exercida, em geral, por mulheres e crianças que, premidas pela necessidade fazem a apanha do coco nos arredores das palhoças onde moram e que diariamente levam as amêndoas que extraem, numa média de 6 a 8 quilos por pessoa, ao comprador mais próximo. Nos anos em que a lavoura se apresenta mais vantajosa ou quando baixa o preço do babaçu, **diminui o número de extratores**, por que em regra ninguém faz profissão exclusiva desse ramo de atividade. Trata-se como se vê, de uma **indústria marginal, supletiva, e por isso mesmo insegura, incerta. Acresce que não se trata de gente definitivamente radicada ao solo, mas de indivíduos afeitos ao nomadismo, à vida errante** (FERREIRA, 1952, p. 27)

Esses são os discursos pesquisados por Almeida nos Relatórios da Associação Comercial de São Luís, elaborado como vimos acima, sem nenhum aprofundamento da organização do trabalho familiar, envolvendo a agricultura e o extrativismo do babaçu, apresentado como atividade degradante. Como se a desvalorização, o descaso do Estado com essa população fosse de responsabilidade das quebradeiras de coco. Almeida nos mostra ainda que esse discurso era reforçado pelos próprios “técnicos planejadores”

Não é de admirar, pois ser a população dos babaçuais das mais miseráveis do País. Gente semi-faminta, largada ao abandono, numa degradação sem limites e em permanente nomadismo (Conselho Nacional de Economia, 1952, p.9)

A memória das trajetórias de lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão está associada fortemente a uma história de exclusão das que mantém a atividade viva. Construída pelos ditos “grandes proprietários” que se beneficiaram por muitos anos da exploração do trabalho das quebradeiras de coco babaçu. As quebradeiras de coco têm, até hoje, que se submeter aos “donos de terras”, alguns que proíbem o acesso as palmeiras de babaçu, outros que embora permitam o acesso controlam a venda do coco, exigindo que elas vendam a produção apenas a eles, pelo preço por eles determinado. Outros permitem o acesso mediante a quebra de meia.

Aumentando essa cadeia de exploração tem os atravessadores, que compram o coco a um preço muito baixo e os revendem a preços bem mais elevados. Existem outras formas, apontadas em uma pesquisa realizada pelos pesquisadores da Nova Cartografia Social da Amazônia, na região do Médio Mearim, no Maranhão, identificando situações como as das quebradeiras que vivem a beira de estradas, sem terra, que para fazer seus plantios são obrigadas pelos ditos *donos de terras* a roçarem suas soltas; Ainda é exigida a entrega das cascas de coco para a produção de carvão e outras tantas formas de exploração das quebradeiras de coco babaçu<sup>11</sup>.

As mulheres quebradeiras de coco babaçu não se calaram aceitando essa história e ao longo de mais de vinte anos têm lutado incessantemente para que seu reconhecimento enquanto comunidades tradicionais vá além do papel, lutando por suas identidades e pela preservação acesso livre aos babaçuais. Somado a essas bandeiras essas mulheres lutam por mais, pela igualdade entre os homens e mulheres, por políticas públicas que reconheçam e valorizem suas atividades econômicas, inserção e valorização da juventude no campo, valorização dos seus saberes tradicionais, por melhores condições de saúde, uma luta que rompe uma história de sofrimento e submissão.

Nas duas últimas décadas, as quebradeiras reivindicaram espaços políticos, criando e participando desses espaços, como os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras

---

<sup>11</sup> Nova Cartografia Social da Amazônia; Série Movimentos Sociais e Conflitos; Quebradeiras de Coco Babaçu Regional Mearim; São Luís; 2005; n°2.

Rurais - STTRs, Clubes de Mães, associações e a criação do seu próprio MIQCB. A criação desse movimento resultou em conquistas políticas, de acesso ao mercado, conquistas de garantia a territórios, como a luta histórica por criação de reservas extrativistas, pela criação de leis babaçu livre<sup>12</sup>, fortalecendo a luta por direitos e a identidade dessas mulheres.

Com uma atuação interestadual, o MIQCB desenvolve suas ações em quatro estados: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, trabalhando com diversas linhas como acesso a terra, educação, direitos das mulheres, autonomia econômica através da inserção dos seus produtos no mercado, com objetivo de fortalecer as quebradeiras de coco, e manter vivas as florestas de babaçu. Nesses quatro estados de atuação do MIQCB, ele se organiza em Regionais, são elas: Baixada, Imperatriz, Mearim/Cocais (estado do Maranhão), Regional Pará, Piauí e Tocantins. Cada uma dessas Regionais tem uma estrutura de trabalho composta por quatro coordenadoras, uma assessoria trabalhando em escritórios regionais que funcionam em casas ou salas alugadas ou cedidas por organizações parceiras. No Regional Mearim/Cocais a sede funciona em Pedreiras, em uma sala cedida pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA, organização parceira na região. E em Codó, funciona em uma casa inicialmente cedida por uma quebradeira de coco de Codó Novo, a dona Maria Lopes da Silva, conhecida por Dona Ló, sendo atualmente pago um valor simbólico que auxilia em algumas despesas da casa.

Em 2004 quando o MIQCB, como veremos mais adiante nesse trabalho, amplia sua atuação para essa região que envolve Codó, Timbiras, em uma reunião das quebradeiras de coco em um Encontro Regional do Médio Mearim. A decisão política do Movimento foi a partir de então sendo consolidada e ações e projetos incorporados ao plano de trabalho do MIQCB.

### **1.1. Codó Novo: Para além das fronteiras rígidas, condições para a organização política.**

---

<sup>12</sup> Leis Babaçu Livre- são leis que regulamentam a derrubada de babaçu e garantem o livre acesso aos babaçuais. Atualmente, como resultado de articulações das quebradeiras de coco, através de suas organizações, destacamos aqui o MIQCB e ASSEMA, as quebradeiras de coco conseguiram a aprovação de 14 leis municipais e 01 lei estadual do Babaçu Livre. Essas leis garantem o livre acesso aos babaçuais, libertando-as da quebra de meia, terça e outras obrigadoriedades impostas pelos ditos “proprietários” e pelos encarregados das fazendas. Para mais informações consultar Shiraishi (2006).



Com a escolha da região a ser estudada, passei a organizar minha primeira viagem, que aconteceu no mês de abril de 2015. As primeiras entrevistas retrataram o problema que estava vivenciando no início do trabalho, uma dificuldade de compreender qual seria a minha pergunta? o que me instigava nesse trabalho? Voltando da primeira viagem de campo, ao transcrever as primeiras entrevistas vi que havia pouca investigação, pouca curiosidade nas perguntas. Havia na verdade quase respostas aos “questionamentos”.

Com essas observações retornei a Codó, agora utilizando inicialmente a técnica de observação direta, seguida por entrevistas coletivas e individuais. Todo esse trabalho teve o objetivo de abordar a trajetória das mulheres e suas famílias, buscando compreender o processo que envolvia a vida no povoado ou interior, como chamado por elas, bem como os deslocamentos feitos até a chegada a Codó e o processo de reorganização do seu território, que transita entre o “rural” e o “urbano”, sem distinção de um espaço e outro mas o uso deles enquanto pertencente a um só território.

Esse momento do trabalho de pesquisa exigiu um conhecimento já acumulado na minha experiência de trabalho e tive que reconhecer que esse conhecimento era limitado. A familiaridade que tinha com o tema não significava o que Gilberto Velho (1981) nos chamou a atenção, quando alertou que essa familiaridade não significa conhecimento de todos os pontos de vista, não significa que temos o conhecimento de todas as regras do “aparentemente conhecido”. Esse conhecimento, que pode ser superficial daquela rotina pode comprometer o trabalho do pesquisador.

Com intuito de aprofundar o conhecimento da realidade estudada na pesquisa, apliquei entrevistas que foram gravadas com a autorização das entrevistadas, que contaram os processos de saída dos povoados, onde viviam e as razões que conduziram a decisão de mudar para Codó Novo. Também procurei compreender a formação do bairro de Codó Novo, como as famílias de quebradeiras de coco foram se organizando nesse espaço e como elas se organizaram em torno da sua reprodução econômica.

O primeiro local que visitei foi o bairro São Francisco, onde imaginava que havia as quebradeiras de coco que saíram das suas comunidades e morando nesse bairro exerciam atividades de quebra e venda do coco babaçu. Conversei com Dona Hortência, uma liderança do município que me informou sobre o bairro, falou que as mulheres não exercem a atividade da quebra de coco, e que atualmente algumas trabalham no comércio, ou como diaristas em casas, a maioria não trabalham fora de casa. Fiquei então me questionando se esse seria realmente o meu objeto de estudo, pois em um primeiro momento me pareceu não se tratar

mais de quebradeiras de coco, já que estas não exerciam mais a atividade econômica resultante do extrativismo do babaçu.

As leituras do Curso de Mestrado me proporcionaram uma importante reflexão: a identidade estaria ligada direta e exclusivamente a atividade econômica, no caso, da quebra do coco? Por outro lado, já que as quebradeiras não deixam de ser quebradeiras de coco por não estarem exercendo a atividade extrativista do babaçu, poderíamos pensar fatores identitários mencionados por Barth (2000, p.21)

A necessidade da interação com o outro para reafirmar ou mesmo descobrir a própria identidade faz parte do exercício diário na antropologia. Isso significa que a fronteira étnica na verdade é livre de constrangimentos territoriais, é algo portátil.

Almeida (1995, p.19) aborda a necessidade de uma reflexão sobre identidade das quebradeiras de coco babaçu “a nova identidade emerge em sua plenitude onde foram criadas condições efetivas para tal”. O autor ressalta, ainda, a questão da identidade transcendendo “fronteiras fixadas pelas divisões políticas administrativas”.

Na busca de mulheres que se movimentaram das comunidades e foram para a cidade e continuaram na quebra de coco, fui até ao bairro Codó Novo, que já conhecia em atividades de reuniões no MIQCB. Conversei com a presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu, Dona Maria da Silva, uma associação de quebradeiras de coco, formadas por 172 mulheres e 08 homens.

Também fui até a comunidade de Santo Antonio dos Pretos, comunidade quilombola do município de Codó, conversar com a Dona Marina Ewerton Ribeiro Freitas, presidente da Associação dos Quebradores e Quebradeiras de Coco de Codó Novo, conhecida como a Associação da Travessa do Sol, onde esta localizada.

Foi formado com o pessoal essa associação de quebradeira de coco, em 86. Aí nós não tinha um prédio, se reuniam na praça do Codó Novo, no Centro Comunitário. Aí lá o Ricardo Archer deu o terreno na Travessa do Sol. A Roseana no governo mandaram as coisas. Tinha o Padre Caetano, o dinheiro veio nesse tempo(...) Parece que veio quarenta e três mil para fazer, ai veio machado, veio as coisas tudinho pra associação, ficou uma associação maravilhosa. Surgiu a eleição, o Senhor Biné se candidatou, ai quando ele ganhou, ele jogou o Jango La dentro da associação, ele passou vinte anos nessa sede, sem liberar ela pra nós (...) Ai o Ricardo Archer veio e

deu pra gente outro terreno, lá na rua do Puraqué, aí lá fizemos outra sedezinha. (dona Marina Ewerton Ribeiro Freitas; 2015, Comunidade de Santo Antonio dos Pretos-Codó-MA)

Nessa entrevista tive acesso a informações sobre as estratégias políticas trabalhadas pelas quebradeiras de coco para terem “de volta” a sua antiga associação, as articulações feitas com políticos na criação das duas associações de quebradeiras do bairro Codó Novo e das estratégias de movimentação, que envolve as comunidades e a cidade de Codó, pois algumas, assim como a Dona Marina, não deixaram as suas casas na comunidade, passaram a ter duas casas: uma na cidade e outra no interior. E aquelas que sendo expulsas da terra passaram a morar definitivamente na cidade, mas mantiveram suas atividades agroextrativistas.

A decisão de sair do povoado e para onde seguir envolvia uma série de fatores como: se havia parentes nesse outro local; se havia escola no local ou próximo; se estava próximo da estrada; se as terras eram livres para a roça e para o coco ou se não quais as condições impostas. Talvez a cidade apresentasse alguns atrativos considerando o que as próprias mulheres entrevistadas nos disseram sobre as suas necessidades. A cidade tem a escola, hospitais e nesse caso embora não tivesse a terra e as florestas de babaçu para trabalharem elas tinham a possibilidade de ter uma casa e poder se deslocar até os locais para o trabalho.

Na dita cidade estavam as condições de existência, perda, nos povoados, a estratégia e sair para permanecer.

Sou de Santa Rita, povoado isolado, uma légua de qualquer lugar que a gente fosse. Eu nasci na pista, com três anos meus pais foram pra lá. Sai de lá pra meus filhos estudar. (dona Maria Raimunda; 2015, Quilômetro Dezessete-Codó-MA)

Na década de 1980 famílias de quebradeiras de coco babaçu deixaram suas casas nos povoados em que viviam e foram morar na cidade de Codó. Algumas foram para o centro da cidade, para casas cedidas por algum amigo, parente, e depois mudaram para o bairro Codó Novo, em terrenos doados por político, destacadamente a família do político Ricardo

Archer<sup>13</sup>, algumas outras famílias compraram uma casa ou um terreno onde construíram sua casa.

A gente foi procurar e encontrou a casinha aí eu aluguei (...) Era época de política e o cara que se candidatou a prefeito liberaram essa área dentro de Codó Novo, graças a Deus que eu tive a sorte, eu ganhei o terreno, e fiz uma casa, inda hoje eu tenho ela (Dona Maria José Melo; 2016; Quilometro dezessete- Codó MA)

No bairro Codó Novo as mulheres quebradeiras de coco babaçu mantém sua atividade de quebra de coco de forma regular, realizando a comercialização das amêndoas do babaçu bem como de seus subprodutos, como carvão, mesocarpo, azeite, sabão, sabonete. Essas mulheres vieram de povoados no interior de Codó, onde viviam em terras dos “ditos donos”, colocavam roça e quebravam o coco. O babaçu era livre para algumas quebradeiras, outras entravam livremente nas propriedades para a quebra do coco mas eram obrigadas a venderem sua produção exclusivamente para o *dono da terra*, a preços bem menores aos pagos nos comércios. A roça sempre foi feita mediante o pagamento de foro. Codó Novo é o maior bairro da cidade de Codó. Atualmente, segundo dona Áurea Maria da Silva, cerca de quinze mil famílias vivem no bairro, destas algumas são quebradeiras de coco babaçu. As casas são moradias pequenas, pouca ou nenhuma arborização, com condições precárias de saneamento, servindo de esgotos algumas ruas, que abertamente cortam o bairro.

Percorrendo o bairro de Codó Novo observei algumas diferenças nas moradias, descendo mais para dentro do bairro, se distanciando da avenida principal que corta a cidade de Codó, percebi que as casas vão sendo menores, algumas rebocadas outras não, a situação dos esgotos mais expostos e próximos das casas. Os elementos que compõem o que chamamos de urbanização vão desaparecendo na medida em que nos afastamos da avenida principal.

---

<sup>13</sup> Encontramos dados no IBGE que em 1892 a família Archer tinha o monopólio de terras e produção agrícola na região.



**Figura 3: Rua do bairro Codó Novo. Foto: Ilka Cristina.**

Ao final do bairro encontra-se a Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu.



**Figura 4 Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu. Foto: Paulo do Vale**

A Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu está instalada em uma estrutura de galpão com uma pequena sala na entrada, onde as mulheres guardam suas matérias primas, arquivos, caixas e outras coisas das associadas. No salão ficam algumas máquinas de produção de sabonetes e a forrageira para processar a amêndoa no processo de extração de azeite de babaçu. Ainda dentro desse galpão estão algumas cadeiras, utilizadas pelas mulheres nas suas reuniões da associação, pois o espaço é utilizado tanto para a produção quanto para as reuniões e capacitações das sócias.

Dentro do bairro Codó Novo existem duas associações, a Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu, conhecida como Associação do Puraqué e a Associação dos Quebradores e Quebradeiras de Codó Novo, conhecida como a Associação da Travessa do Sol. A forma como são conhecidas e mais comumente chamadas as duas associações, é pelo nome da rua dentro do bairro.

A segunda associação foi criada por necessidade, colocada pelas quebradeiras entrevistadas a dona Áurea Maria da Silva e dona Marina Ewerton, de terem uma instituição representando os interesses das quebradeiras de coco, elaborarem seus projetos e defenderem segundo ela seus interesses. Já que na primeira, por desavenças políticas, elas não assumiam cargos na direção<sup>14</sup>. Atualmente as duas associações estão sendo presididas por quebradeiras de coco, que trabalham em parceria em suas ações e projetos. Nos relatos, que descreveremos mais adiante desse trabalho, as quebradeiras de coco contam a criação das suas associações e a participação de grupos políticos dominantes na região nesse processo.

Segundo Dona Marina Ewerton Ribeiro Freitas, atual presidente da primeira Associação criada em Codó Novo pelas Quebradeiras de Coco Babaçu e moradora de Codó Novo e da comunidade Santo Antônio dos Pretos, muitas famílias foram “expulsas” e se transferiram para o mesmo local- Codó Novo

(... )essas mulheres vivia nos interior quebrando coco, trabalhando de roça ai saiu por que os fazendeiros compram as terras e expulsaram o pessoal, não queriam mais ninguém, tiveram que ir pra dentro das cidades sem condição de comer, sem ter nada, porque eram acostumado no interior, foram pra lá não levaram nada. Não tinham terra pra plantar, o coco pra quebrar (Marina Ewerton Ribeiro Freitas; 2015; Comunidade Santo Antonio dos Pretos- Codó)

Essas mulheres continuam desde 1987, ano em que muitas delas chegaram a Codó Novo, indo diariamente para a quebra do coco. Elas quebram coco de segunda a sábado, em áreas que ficam distantes das suas casas. Conseguiram neste mesmo ano com a prefeitura do município de Codó, um carro que as leva até o Quilometro 17, onde algumas vão para as terras pertencentes a fábrica de cimento Nassau<sup>15</sup> outras se dividem nos palmeirais próximos.

<sup>14</sup> Segundo informações coletadas em uma entrevista com dona Marina Ewerton após a criação da Associação dos quebradores e quebradeiras de coco de Codó Novo, o Senhor conhecido por Jango se candidatou ao cargo de presidente da Associação e passou 20 anos nessa sede “sem liberar ela pra nós, ficamos sem direito de entrar La dentro”. (esta informação já está na citação)

<sup>15</sup> A Fábrica Nassau fica localizada no Quilometro Dezesete, é nessa propriedade que as quebradeiras de coco quebram o coco. Contudo elas relatam que o babaçu tá diminuindo e ficando mais distantes os locais de coleta.

Isso foi o ex-prefeito Antônio Joaquim, ele era prefeito nesse período e ele começou. Ele achou uma grande necessidade, porque não tinha condições das quebradeiras vir todo dia para o 17 pagando passagem, até por que o preço, o valor do coco nunca foi um valor que dê pra atingir a necessidade das quebradeiras aí pra ir pagando passagem ai ele era uma pessoa, um prefeito muito bom também para as pessoas necessitadas e ai ele começou alugou um carro e ficou, deixou a disposição das quebradeiras, pra ir todo dia pro mato de segunda a sábado (Áurea Maria da Silva; 2015; Codó).

Em 1999 as quebradeiras de coco criaram a sua primeira Associação comunitária que desenvolve projetos produtivos e sociais com as quebradeiras de coco do bairro de Codó Novo. A Associação para a construção da sua sede teve apoio de diversos políticos

O Ricardo Archer deu o terreno na travessa do Sol, a Roseana Sarney, o governo mandaram as coisa, tinha o padre Caetano, o dinheiro veio nesse tempo entrou de frente Lindalva, Valdeco Frota, Eliel Lima e o padre Caetano, o dinheiro veio que era pra fazer a sede. O Padre Caetano só queria fazer um pedacinho, isso ai deu uma confusão mas foi feita a sede grande, parece que foi 43 mil que veio pra fazer, ai veio machado, veio as coisas tudinho pra associação, ficou uma associação maravilhosa (Marina Ewerton Ribeiro Freitas; 2015; Comunidade Santo Antonio dos Pretos).

Foi então que novamente que com os mesmos políticos as quebradeiras de coco babaçu conseguiram um terreno no bairro e construiu outra associação - Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu, conhecida também como Associação do Puraqué. Atualmente as quebradeiras estão na diretoria das duas Associações do bairro

Cesar Pires conversou com a gente, vocês vão fazer a reunião de vocês na sede, enfrenta eles ai, porque se vocês abandonarem, eles vão ficar todo tempo de dono. Então o que nos fazia, deixamos a Puraque pra fazer a reunião na Rua do Sol, aí começemos, chegou o tempo de fazer a eleição ai a Áurea disse Marina vamos fazer o seguinte, vou te tirar de vice e você vai ser candidata pra enfrentar o Jango. Você topa? – topo (entrevista concedida por Marina E. R. Freitas, em 09.05.15).

---

Isso por que a fábrica tem devastado os babaçuais que ficam “suas terras”. O que tem resultado em percorrer mais horas em busca do coco, que está mais distantes ainda causado maior insegurança das quebradeiras de coco quanto ao acesso a esse recurso.

Através das mobilizações das quebradeiras de coco representadas em suas formas organizativas através de associações, vimos interesses políticos, aparecendo em alguns momentos das falas das quebradeiras. Interesses estes representados em formas de doações, facilidades, favores. Na fala acima de dona Marina Ewerton vimos que existe uma orientação de um político influente no estado em fortalecer um grupo na direção da Associação dos Quebradores e Quebradeiras de Coco de Codó Novo. As associações “tornam-se um instrumento básico para categorizarem-se a si mesmos, inclusive mediante o poder do Estado” (ALMEIDA, 2008, p.28).

As quebradeiras de coco organizadas em torno da associação buscam ser representadas politicamente e se juntam pelo pertencimento, mas seus instrumentos de representação política por vezes são alvo fácil de disputa pelo monopólio do controle, tendo como principais protagonistas dessas disputas políticos que dominam o controle político e econômico local. A partir de uma breve análise dessas interferências políticas, nos chama a atenção o fato de que a existência de mais de duas associações de quebradeiras de coco do Codó Novo não implica cisões, já que nos quadros de sócias praticamente constam as mesmas sócias “só que nós somos unidas, as mesmas sócias da travessa do sol é as mesmas do Puraqué” (dona Marina Ewerton).

### **1.1.Deslocamento da moradia como estratégia de demarcação do território.**

Eu morava em Ouro Preto. Aí em Ouro Preto o dono morreu, aí a filha ficou mais o genro, aí começou a vender as terras pro Antonio Nonato, aí começou a ficar difícil pra nós que convivía na área, acabou estrada, aí nós ficamos todo mundo no lugar isolado, meus meninos precisava estudar. Lá não tinha. Comprei uma casinha em Codó e fiquei quebrado coco no Dezesete, na Santa Rita, Morro do Pires, nesse mundo de meu Deus. Ai quando foi em 80, 95...em 93 nós viemos pra aqui, pra Santo Antonio, nós morava bem ali na Petrolina, povoadinho que a gente bota nome, né. era o mesmo povoado. Ai a gente veio pra aqui. E ai eu bato na tecla daqui e de lá de Codó. (Marina Ewerton Ribeiro Freitas; 2015: comunidade de Santo Antonio dos Pretos)

Interpreto o deslocamento das quebradeiras de coco e suas famílias dos “interiores” ou “povoados” para a cidade como uma estratégia de resistência. Optei pela noção de estratégia trabalhada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, como um “instrumento de ruptura”, como “produto do senso prático como sentido do jogo” Ainda, segundo este autor,



todo jogo é composto de regras, e todo bom jogador tem que estar atento ao que deve ser feito “o que o jogo demanda e exige” (BOURDIEU, 1990, p.81). E para me apoiar no conceito de resistência utilizei James Scott, em as **Formas Cotidianas de Resistência Camponesa**, onde o autor traz uma abordagem das diversas formas que os camponeses utilizam para resistir, de forma silenciosa, às opressões impostas a eles.

O enfrentamento aos mecanismos de exploração construídos na relação com os ditos *donos das terras*, expressos no sistema de *quebra de meia*, de *terça*, em que toda a produção de amêndoas, por elas extraídas em seu dia de trabalho tem que ser dividida a metade (*de meia*) ou a terça parte (*de terça*) com um atravessador<sup>16</sup> ou com o *dono da terra*, além da entrega das cascas de coco ou mesmo do carvão. Como não aceitação a essa situação muitas mulheres e suas famílias, algumas, após várias moradas em povoados distintos, se deslocam para a cidade de Codó, situando-se no bairro Codó Novo. Scott (2002, p.24) classifica como micro resistência o ato de negar certas obrigações impostas

Micro-resistência entre os camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas a essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.

Tento compreender os processos de resistência desses grupos de mulheres que “expulsas” de suas casas e impossibilitadas de realizarem seu trabalho, buscaram outra realidade e que, apesar de muitas dificuldades, constituíram suas estratégias, organizando nesse novo espaço as suas atividades produtivas.

A situação analisada no **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**, em 2004 ilustra o grau de violência e sujeição a que as famílias de quebradeiras de coco babaçu vivenciaram na região ecológica dos babaçuais. Nesse ano o MIQCB denunciou uma situação vivenciada por dona Maria da Luz Oliveira, quebradeira de coco, do povoado Lagoa do Tufi, município vizinho a Codó. Ela teve sua casa queimada, enquanto dormia com SUS três filhos, com idades entre 11 a 15 anos. Nesse caso dona Maria da Luz conseguiu sair

---

<sup>16</sup> O atravessador é segundo dona Áurea Maria da Silva um aproveitador da necessidade das quebradeiras, quando elas não tem outra opção, eles se aproveitam.

da casa salvando seus filhos do incêndio. O suspeito é o senhor Francisco Rodrigues Sampaio, proprietário de terra, onde a dona Maria da Luz era moradora.

Maria da Luz Oliveira explica que há 18 anos mora, como mais 20 famílias, na propriedade do Sr. Adonias, para quem vende o coco todos esses anos. Em abril quebrou 22 kg de coco em outra propriedade e foi vender ao fazendeiro Adonias, como ele não estava e ela precisava do dinheiro para comprar comida para os filhos, vendeu para outro comerciante. Quando o fazendeiro Adonias soube começou a ameaçá-la, chegando a solicitar da juíza do Fórum da Comarca de Timbiras, Samira Heluy, uma ação de despejo a Maria da Luz. A Juíza chamou Maria da Luz para um acordo: os proprietários ofereceram R\$ 400,00 para que ela deixasse a propriedade. Dona Maria da Luz não aceitou e permaneceu na área, quebrando coco e vendendo para o proprietário, apesar das ameaças e de ser proibida de pegar água no poço da comunidade. Em maio Maria da Luz deu entrada no Fórum de Timbiras com uma ação de manutenção de posse. (ARAUJO; MARTINS e MAGALHÃES, 2004; p.226)

Dona Maria da Luz conseguiu tempos depois a reintegração de posse, no período de publicação desse Relatório a sentença ainda não tinha saído. Contudo a decisão dela foi ir embora do povoado, apesar da conquista. As constantes ameaças, e o receio que algo acontecesse aos filhos. Esse fazendeiro Adonias, segundo dona Maria da Luz ele já tinha essa prática “quando a gente quebra o coco e não vende para ele, ele fica correndo com as pessoas. Agora mesmo derrubou a casa de um (...) todo mundo é corrido de lá, todo mundo é corrido” (Idem, 2004, p.226).

A decisão de sair dos povoados foi motivada, também, por outros fatores, como: a opressão que sofriam em suas relações com os ditos “proprietários das terras”; a falta de acesso às políticas públicas, como escola para seus filhos estudarem; ou os impactos de políticas públicas que estavam sendo implantadas no período.

Os conceitos de estratégia e resistência me ajudaram a compreender como as quebradeiras de coco, atentas às regras do “jogo” não permaneceram nesses povoados, mas também e, ainda, como parte do jogo, elas não se afastaram totalmente. Elas continuam em seu dia a dia a se relacionar com os povoados, a exercerem a atividade extrativista de coleta e quebra do coco, a produzir e utilizar o carvão, ao trabalho na roça e outras atividades, inclusive políticas.

O que queremos alcançar neste trabalho é compreender como a resistência se apresenta para além do “ficar”, de se manter e lutar pela terra. Sair nesse caso pode significar uma forma encontrada pelas quebradeiras de coco de não deixarem de existir, de exercerem seu trabalho livremente, de seus filhos terem acesso à educação e outros direitos que naquele momento estavam sendo ameaçados. Tais estratégias lembram as “formas cotidianas de resistência”, identificadas por Scott (2002, p. 25)

Por outro lado, o camponês do Sudeste asiático que esconde seu arroz e posses dos coletores de impostos, pode estar protestando contra altos impostos, mas concomitantemente, adota uma forma de garantir arroz suficiente até a próxima safra.

Outro aspecto identificado por Scott é que essas formas de resistência não necessariamente têm que acontecer em um coletivo. No caso aqui analisado em muitos desses *povoados* a saída aconteceu pelas famílias em tempos e formas diferentes “meus pais vieram de Bonfim pra Codó. Meu irmão já morava em Codó aí depois eu vim” (Dona Maria José Melo<sup>17</sup>).

O trecho da entrevista acima indica que esse deslocamento não aconteceu em todos os casos da mesma forma. Assim, as famílias expulsas dos povoados, como o exemplo do povoado Macaúba, tiveram que deixar o local por uma pressão do dito proprietário, cuja intenção era eliminar a presença de moradores em suas propriedades, impondo-lhes condições cada vez mais difíceis para as quebradeiras de coco e suas famílias atenderem.

Em suas narrativas, as entrevistadas explicam que as famílias foram saindo dos povoados para a cidade por necessidade de educação aos filhos, ou em busca de “um pedaço de chão” que fosse realmente seu, saíram de forma gradativa, “cada um de nós saiu no seu tempo” (Dona Maria Rita Silva). Embora cada “proprietário” tivesse suas formas próprias de impor um modo de vida às famílias, o que vimos é que suas ações de opressão seguem uma lógica da violência no campo, seja ela simbólica ou física.

Situações de ameaças, violência, envolvendo as quebradeiras não são raras de acontecer. Não raro existem casos de mulheres agredidas, ameaças e até mortas durante a realização do seu trabalho. Em dezembro de 2014 ocorreu um caso de violência, envolvendo

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida no dia 09/06/2016, durante uma quebra de coco, no Quilometro Dezesete.

uma quebradeira de coco de Codó, que vivia no bairro Trizidela. A assessora do MIQCB no Regional Mearim Cocais, Edsonete Matos nos relata:

Em dezembro de 2014 a dona Francisca, quebradeira de coco do bairro Trizidela-Codó, foi para a quebra do coco com uma companheira o local escolhido para a quebra de coco nesse dia não foi muito distante das suas casas. Ao chegar ao mato, ela disse a companheira ter esquecido algo em sua casa e precisava voltar. A companheira ficou quebrando coco enquanto aguardava o retorno de dona Francisca. Como dona Francisca não retornou, a companheira por volta de 13 horas voltou a sua casa. Chegando lá foi saber o que havia acontecido que a dona Francisca não havia retornado. A família de dona Francisca disse que ela nunca havia voltado, desde a hora tinham saído juntas. Ao saírem a sua procura, após de mais de 10 horas de busca encontraram ela morta, ela havia sido violentada e morta dentro do mato. Dona Francisca tinha 56 anos, vivia com o marido um filho e um neto (Edsonete Matos; 2016; setembro)

Embora alguns cuidados sejam tomados pelas próprias quebradeiras de coco, como irem para a quebra do coco sempre acompanhadas por outras quebradeiras, evitar ficar após escurecer no mato. Ainda assim não elimina a vulnerabilidade a que estão expostas. No Médio Mearim, no município de São Luis Gonzaga uma quebradeira de coco, em 2004 levou um tiro na perna, após ameaças e insultos de um capataz da fazenda em que quebrava coco junto com outra companheira.

Sobre essas situações teria muitos casos a abordar, bem como as questões envolvendo gênero e outras que favorecem a vulnerabilidade a que essas mulheres estão expostas. Optei, no entanto, para deixar para o futuro o estudo de tais realidades.

A movimentação de grupos de camponeses no Maranhão foi objeto de interesses de outros estudos, pode-se destacar Araujo (1996), Santos e Andrade (2009) e Velho (1981), Almeida (1981), Esses estudos já apontam deslocamento como uma busca de uma vida mais livre, autônoma. Os trabalhadores buscavam o que chamavam de “terras livres”, para viverem e trabalharem com mais autonomia.

Araujo (2010) trata sobre deslocamentos feitos por três lideranças camponesas no Maranhão. Ao analisar as trajetórias de vida de Manoel da Conceição, Vila Nova e Simar Pereira, destaca os sucessivos deslocamentos feitos por estas lideranças e suas famílias, que em

Busca de novas terras em condições de plantio, conforme o sistema de cultivo itinerante, ou para fugir da chamada situação de sujeição, expressa na cobrança de renda ou no conflito dos donos da terra, esse grupo seguiu em direção às terras livres do Vale do Pindaré. (ARAUJO, 1996, p.55)

Santos e Andrade (2009, p.37) nos traz uma contribuição sobre esses deslocamentos, tratando sobre a frente de migração nordestina e as causas dela na elevação dos preços do aforamento da terra. “Os pequenos agricultores maranhenses, não resistindo ao pagamento de elevados foros, passam a migrar para áreas denominadas de terás livres”.

Às vezes a busca pela “terra livre” não implicou o deslocamento a “terra livre” a ser conquistada era a já ocupada pelas famílias que morava nela. Almeida e Mourão (1976, p.28) trazem uma situação ocorrida em Grajaú, entre a comunidade Pau-Ferrado e a empresa CIGRA-SABESA

A empresa teria comprado de supostos grileiros terras ocupadas por aproximadamente 100 famílias camponesas, que teriam resistido a expulsão, tendo havido inclusive choques armados entre camponeses e elementos da empresa. A solução que a empresa propõe, indenização das famílias, esta referida a concepção mercantil e jurídica que pressupõe uma equivalência entre a posse da terra (com direitos de cultivos que lhes são correlatos) e o valor das benfeitorias realizadas pelos posseiros. No entanto, ao recusar esta solução, os camponeses reafirmaram a lógica de seu próprio sistema, que pressupõe a garantia do acesso à terra como condição essencial à sua própria reprodução, o que torna inviável a conversão de direitos de indenização.

São diversas as formas de resistência a que os povos e comunidades tradicionais têm respondido as diferentes opressões que tem sofrido. Mas todas pressupõem “a condição essencial à sua reprodução”.

A imersão nessas leituras contribuiu para esse processo de construção, permitindo que eu repensasse minhas impressões no início da pesquisa, ainda voltada para a fala do discurso do senso comum, que não enxergava a ida das quebradeiras de coco para a cidade como um ato de resistência, como resultado de uma luta por identidades. Esse preparo foi um alicerce, perpassando os diversos momentos, formais e informais do nosso trabalho.

## CAPITULO 2- DA PRECISÃO À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A região aqui estudada, conhecida oficialmente como região dos cocais, fica localizada no estado do Maranhão a 290 quilômetros da capital São Luís e abrange cinco municípios<sup>18</sup> Alto Alegre do Maranhão, Codó, Coroatá, Peritoró e Timbiras. É o quinto município mais populoso do estado, possui uma rica cobertura de babaçu, compondo a microrregião mais produtiva de babaçu do estado. O MIQCB apesar de reconhecer o dado oficial da região dos Cocais, na sua determinação de Regional, apenas os municípios de Codó, Timbiras e Peritoró compõe a sua área de atuação nessa região, integrando-se a outros municípios do Médio Mearim, compondo desta forma a Regional Cocais Mearim.

Codó é marcado pela dificuldade da coleta livre do babaçu, por preços baixos dados as amêndoas de coco babaçu, pela falta de terras aos pequenos produtores agroextrativistas. O que vemos no município são grandes propriedades com investimento na pecuária. Segundo Mesquita (2001, p.75) “em média cada proprietário possui uma área 25 vezes maior que a dos posseiros que como se sabe, somado aos arrendatários constituem-se nos principais produtores de babaçu”.

Segundo Mesquita (2001; p.74) essa política ou essa falta de política para o meio “rural” obriga os “pequenos produtores” sem terras, sejam eles ocupantes, arrendatários ou parceiros, a viverem na extrema miséria, sem acesso a quase nenhuma política pública, sendo “obrigados em virtude disto, a praticar uma agricultura e um extrativismo de baixa produtividade, que inviabiliza qualquer processo de acumulação nesse segmento de pequenos produtores familiares”.

---

<sup>18</sup> Dados coletados no site [www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br). Regionalização do Estado do Maranhão.

Somado a esses problemas o município marcado pela pecuária extensiva, foi um dos municípios maranhenses priorizado pelas políticas de incentivo a pecuária. O Maranhão após a década de 1960 passou de um estado de grande produção agrícola para pecuário, segundo Kátia Regina Castro Costa<sup>19</sup> uma das explicações para esse acontecimento “pode estar no fato de uma parte expressiva dos incentivos aprovados para o Maranhão via Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, entre os anos 1963-1980, terem sido destinados à pecuária”. Embora quando na sua idealização, o economista Celso Furtado defendia que investimentos fossem voltados para a agricultura, a SUDENE nesse período destinou apenas 1,40% dos recursos a esse setor, a pecuária 11.32% enquanto a indústria recebeu 87,28% (COSTA, 2013)

Associado a esses incentivos, o Maranhão ainda sofreu o que a Comissão Pastoral da Terra chama de a “reinvenção do latifúndio”. A lei nº 2979/1969, conhecida como Lei Sarney, que deu condições para que os latifundiários se apropriassem de grandes extensões de terras, ocasionando concentrações de terras aos grandes proprietários e empresas e nada aos pequenos produtores, condenando-os a exclusão e miséria (CABRAL, 2014)

Essas políticas afetaram fortemente as extrativistas do babaçu. O avanço da pecuária significa antes de tudo, a intensificação da devastação das florestas de babaçu, substituídas pelo pasto. Significa também a usurpação de suas terras e territórios tradicionalmente ocupados.

A década de 1970 foi fortemente marcada por conflitos agrários, incentivados pelas políticas de terras no estado. Período em que as políticas agrárias voltadas para beneficiar o latifúndio, expropriaram às terras dos agricultores, subtraindo o direito a vida dos povos e comunidades tradicionais.

Muitas mortes, ameaças, muitas famílias expulsas e muitas forçadas, “incentivadas” a deixarem suas casas e seu trabalho em busca de melhores condições de vida. Nesse contexto encontramos as quebradeiras de coco babaçu, protagonistas deste estudo, que em busca de uma vida mais digna, de um pedaço de chão, de educação para os filhos, se deslocaram “de chão em chão”, algumas até chegar a Codó Novo, outras seguiram adiante, foram para os garimpos do Pará ou para outros estados.

---

<sup>19</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Em seu artigo Dinâmicas da política pública de desenvolvimento executada pela SUDENE, entre 1959 - 1980 e da política fundiária do governo do Maranhão, implementada a partir de 1969 e suas repercussões sobre a questão agrária no Maranhão.

As leis de terras no estado do Maranhão foram elaboradas com o propósito de não favorecer as comunidades tradicionais quem de fato necessitam, moram e cuidam da terra e dos recursos naturais. Ao contrário o que temos é uma avassaladora expulsão das famílias, legitimadas por diversas leis e políticas instituídas pelo Estado. Segundo Neto (1998, p.33);

As Leis Estaduais voltam para a execução da política fundiária relacionada à discriminação, regularização e organização das terras públicas e privadas do Estado do Maranhão, bem como sua colonização e venda, criando uma base jurídico estável e infraestrutura para viabilizar os projetos agropecuários e a exploração dos recursos florestais e minerais, quando começa a preocupar-se com a criação de departamentos, companhias, comissões, conselhos, institutos e fundos definidos, que se responsabilizam por incrementar tais políticas”.

No Maranhão, “a grilagem assentou o pé”. Asselin (2009, p.43 -44) nos fala que “enquanto os grupos econômicos não descobriam interesses numa área, dificilmente havia ali conflitos de terra”. Dados da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão, na realização de um levantamento de uma situação na comunidade de Vergel, município de Codó, diz que as fraudes feitas por grileiros no Maranhão deu início ao “segundo cativeiro” das comunidades

Resultou disso uma enorme onda migratória de camponeses para as periferias das cidades. Os camponeses que permaneceram foram submetidos pelos novos latifundiários- grileiros ao cruel pagamento de foro (renda da terra) à proibição de construção de moradia de tijolos ou mesmo adobo, a plantação de árvores frutíferas, a construção de escolas e de outros serviços públicos.

As políticas e irresponsável ação dos grileiros impactaram diretamente as quebradeiras de coco babaçu, provocando o deslocamento de muitas famílias. As entrevistas narraram como fizeram os seus percursos até chegarem a Codó Novo. Ao pesquisarem sobre a expansão camponesa no Maranhão, na região da pré- Amazônia Santos e Andrade (2009, p.39), estudaram os deslocamentos feitos por “camponeses”, “observa-se, portanto, já em 1919, uma movimentação de pequenos agricultores maranhenses em busca de áreas livres para cultivar”. Esses deslocamentos já nesse período nos mostra a peregrinação feita por



muitas famílias, que fugindo da sujeição caminharam por muitos municípios em busca da chamada “terra livre”<sup>20</sup>.

A dona Maria Raimunda da Silva, moradora de Codó Novo é uma dessas mulheres que buscando escapar das diversas formas de sujeição, saiu do povoado Santa Rita e foi com sua família para o bairro na cidade de Codó

Eu vim de lá por que esse pessoal rico não gosta de morador, pra tudo bota dificuldade. Se era de eu criar meus filhos assim e sem estudar eu vim para um lugar para que eles pudessem estudar.

Essas formas de sujeição que aparecem nas entrevistas com as quebradeiras de coco de Codó não diferem das que encontrei no livro de Santos e Andrade, que podem ir desde a cobrança de foro, inclusive a valores que as famílias não podem pagar, as situações de gado invadindo as roças e ainda, a exigência da venda do coco ao dito dono da terra, muitas vezes feito a um preço inferior ao vendido fora, ou sendo obrigada a venda de meia ou terça<sup>21</sup>. Ainda o impedimento de construção de escolas e postos de saúde, a fim de não ter benfeitorias caracterizando a existência de povoado.

Fugindo das mais diversas formas de sujeição dona Maria José Melo andou “fazendo morada” em três interiores antes de mudar para o Codó Novo. Ela nos conta que morou em Sapucaia, Tanti, Bonfim e Santa Teresa, todas comunidades de Codó. O motivo de tantas mudanças sempre os mesmos, faltava escolas para estudar, o dono cobrava o foro e ainda o pai de dona Maria Teresa era encarregado do gado, e quando já tinha muitas réis, o “dono” da fazenda “começou a colocar dificuldade para gente continuar lá”. A Francisca Maria Pereira, coordenadora do Regional Mearim/Cocais disse

É muito comum esses deslocamentos das famílias, porque quando tá bem com o dono da fazenda tá ótimo, ele é padrinho dos filhos, ou por exemplo eu olho o gado e a cada três cabeças nascidas uma é da pessoa que cuida e as vezes o dono da

---

<sup>20</sup> Terra livre é como um dos entrevistados de Santos e Andrade (2009, p.37), no livro **Fronteiras a expansão camponesa na Pré –Amazônia Maranhense**, fala sobre a terra que buscavam para viver, ele nos diz “Livre, terra livre, naquela época a língua era esta”.

<sup>21</sup> São formas de exploração do trabalho das quebradeiras de coco, onde toda a produção de amêndoas, por elas extraídas em seu dia de trabalho tem que ser dividida a metade (“de meia”) ou a terça parte (“de terça”) com um atravessador ou com o proprietário da terra.

fazenda acha que a pessoa que cuida tá com uma quantidade avançada, então as vezes ele manda a pessoa vender, a pessoa não quer, aí as pessoas vão embora.

### Situação semelhante encontrei no trabalho de Santos e Andrade

Em algumas situações o foreiro passa prosperar, acumulando um excedente (pequena criação) sobre o qual o grande proprietário não exerce controle. Ou seja, o foreiro passa a afirmar-se enquanto “pequeno criador” e este fato leva o proprietário a temer que o mesmo prospere demais e consiga livrar-se ou burlar regras que asseguram sua dominação.

Os processos de deslocamentos das quebradeiras de coco em Codó ultrapassaram em alguns casos as fronteiras do município, a exemplo a dona Maria de Lourdes, que morava no interior de Codó mudou de estado, em busca de trabalho foi para os garimpos do Pará.

Eu morava na Eira do Vitor Trovão, aí meus meninos nesse tempo era tudo pequenos, aí foram crescendo aí eu fui me embora para lá. Lá eu me juntei mais um homem e passei dez anos. Morei em Parauebas, morei no garimpo, na Serra Pelada. Aí lá nós se deixemo (dona Maria de Lourdes)

Dona Maria de Lourdes retornou então para Codó, onde deixou seus quatro filhos com sua mãe. Ela disse que só moraria na cidade se tivesse sua própria casa.

Ai eu cheguei e comprei essa casinha aí na travessa São José, com o dinheiro da outra que vendi lá no Pará. Aí a minha mãe tava lá na Barra do Saco mais o caçula, aí eu trouxe eles para dentro de casa. (dona Maria de Lourdes)

Quando chegou a Codó Novo dona Maria de Lourdes foi se juntando com as outras mulheres quebradeiras de coco que assim como ela sustentavam suas famílias dessa atividade. Ela então passou a participar das atividades tornando-se sócia da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento de Babaçu. Embora dona Maria de Lourdes, por tantos anos fora e exercendo outras atividades, a sua identidade de quebradeira de coco babaçu é acionada quando de volta ao Maranhão se organiza em Codó Novo, o que nos mostra que a identidade está para além da ocupação.

Dona Maria de Lourdes compra a casa e retoma sua atividade produtiva da quebra de coco babaçu. Antes mesmo dela se organizar no retorno a atividade produtiva, procura a casa para comprar no bairro em que famílias de quebradeiras de coco estão ali vivendo e organizadas na sua produção. Essa situação nos remete ao que Stuart Hall (2011, p.109) nos diz sobre a identidade, que não é um “retorno as raízes” mas uma “negociação com as nossas rotas”. Quando chegou do Pará ela não quis retornar a comunidade de Eira do Vitor Trovão, mas retornou a sua atividade econômica a qual a sua identidade está fortemente relacionada. Dona Maria de Lourdes nos disse que quebra coco todos os dias da semana, mesmo quando o caminhão não passa, ela vai andando, paga um transporte ou pede carona junto com outras quebradeiras.

É por que se eu fosse sozinha eu não precisava mais quebrar o coco. Mas eu tenho dois filhos em casa, a gente tira esse dinheiro (se referindo ao dinheiro da aposentadoria), quando chega paga as contas, paga água, paga luz, aí a gente faz a despesa né? Mas aí fica aí...Assim eu venho e faço real, faço dez...já da pra comprar alguma coisa né? Faço carvão. (dona Maria de Lourdes)

A economia do babaçu tem grande importância na renda das famílias. Dona Maria de Lourdes nos fala que mesmo quebrando poucos quilos de coco diariamente, ela consegue com essa renda garantir o alimento dela e de sua família, e ainda comprar sabão e outras necessidades do dia a dia. Vendido para a Associação a dois reais o quilo, e recebido o dinheiro na hora pela quebradeira, é uma economia de movimentação diária, em que as mulheres assim como dona Maria de Lourdes, quando chegam da quebra do coco, vão direto no caminhão para a Associação, onde o coco é pesado e vendido. Além da venda da amêndoa algumas as quebradeiras produzem o carvão, que utilizam nas suas cozinhas, evitando o consumo exclusivo de gás.

Além da Associação as quebradeiras vendem o coco para o Senhor Jascinto, comerciante local comercializado a um real e cinquenta centavos, no mercado da cidade onde conseguem o preço maior, mas que não é tão utilizado pelas quebradeiras, o preço vendido a quatro e cinquenta depende delas ficarem no mercado aguardando os compradores, que ao contrário dos comerciantes, compram apenas em quantidades pequenas. Outro comprador é o Senhor Biné, que paga um real e cinquenta centavos o quilo do coco. Dona Maria José Alves em sua entrevista nos disse que

Ele vem diretamente do interior, já pega na avenida. Ele compra o babaçu das mãos das quebradeiras e vende diretamente para o FC Oliveira, que já tem essa conjunção.

A Associação compra das sócias e também das não sócias. A presidente dona Áurea Maria da Silva, disse durante a entrevista que

Tem umas que não são sócias , até por que elas dizem que se acham cansadas pra ir em reunião, que a gente faz reunião uma vez por mês. Aí você sabe que é sempre assim, a gente lutar com gente é sempre uma coisa muito difícil, né?

Dona Áurea apesar de assumir o cargo mais importante da Associação, não tem mais como atividade produtiva a quebra do coco. Ela tem um importante papel de articulação como representante das quebradeiras de coco no município.

Mas às vezes a gente tira um dia de sábado para ir para o mato com várias mulheres, aí lá a gente ajunta a meia carrada, mais de meia carrada de coco, traz para a Associação. A gente organiza e anima as mulheres na produção.

Tem o reconhecimento das quebradeiras de coco, não apenas as sócias ou moradoras do bairro Codó Novo, a dona Maria José Alves, do bairro Nova Jerusalém falando da importância de comercializar produtos através de programas governamentais, a exemplo o Programa Nacional de Alimentação Escolar, colocou o apoio dado por dona Áurea através Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu.

A Áurea nos apoiou pra gente comprar da Associação delas, a gente faz uma parceria, né? Quando vende e recebe a gente paga o mesocarpo pra Associação.

O debate colocado por Almeida sobre identidade traz a luz essa reflexão de identidade, nos ensinando que ela não deve estar condicionada a atividade. Tampouco a identidade deve estar ligada a concepção que Stuart diz “aquele segmento do eu que permanece sempre e já”. Dona Áurea quebradeira de coco por anos da sua vida, hoje liderança em Codó Novo, presidente da Associação e apesar de não realizar a atividade de quebra, apenas em algumas situações como acima citado, na realização do mutirão, reportagens sobre

a Associação. Ela é produtora de azeite e sabonete na Associação e funcionária da Prefeitura Municipal de Codó, assume no cotidiano múltiplas ocupações e papéis e fala em nome do grupo, com a autoridade atribuída ao delegado. O que nos remete ao que Bourdieu nos diz sobre “a delegação pela qual um pessoa dá poder a outra”, “a transferência de poder”.

Mas, se é verdade que delegar é encarregar alguém de uma função, de uma missão, transmitindo-lhe o próprio poder que se tem, deve-se perguntar como é possível que o mandatário possa ter poder sobre quem lhe dá poder”. (BOURDIEU, 1990; p.188)

A dona Áurea enquanto presidente da Associação é delegada as funções de articular e mobilizar as quebradeiras de coco, intervindo junto ao poder público, apresentando as demandas desse grupo. Assim quando o carro que conduz as quebradeiras para a quebra do coco, é dona Áurea que vai até a prefeitura para resolver, é ela também quem é avisada quando o carro estará pronto e o dia que voltará a trabalhar. “Essa espécie de poder que parece ter origem em si mesmo” (BOURDIEU. 1990, p. 190)

## **2.1. Estratégias de enfrentamento das quebradeiras de coco babaçu**

Na luta constante das quebradeiras de coco babaçu pela preservação dos babaçuais e pelo acesso a esse recurso, diversas estratégias têm sido desenhadas ao longo dos anos. A criação de associações, cooperativas e do MIQCB tem sido mecanismos importantes na representação dos seus direitos fundamentais a sua existência. Através dessas organizações as quebradeiras de coco têm apresentado suas pautas de reivindicações e ainda criado e utilizado instrumentos importantes no acesso aos seus direitos.

O MIQCB tem dado contribuições às lutas das quebradeiras de coco na região de Codó, ou como reconhecida pelo próprio Movimento na Região Ecológica dos Babaçuais. Essa região até 2004 não compunha a área de atuação do MIQCB, foi a partir do Encontro Regional preparatório para o 4º Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que Codó passou a compor umas das Regionais do MIQCB, passando assim a Regional do Médio Mearim a ser Mearim- Cocais. A partir de então foi se consolidando o planejamento de

atividades do MIQCB no município, inicialmente com as ações de um Projeto de assistência Técnica Social e Ambiental, que teve início em 2005 e envolveu além de Codó mais dois municípios, Viana e Zé Doca.

Em 2009 o MIQCB iniciou um novo convenio de Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES, dessa vez apenas um município foi priorizado, o município de Codó. O Projeto atendeu 665 famílias nos projetos de assentamentos Orcaísa, Conceição Salazar, Costa Fundamento e Cit Novo Horizonte. Com atividades voltadas para a produção agroextrativista, fortalecimento do debate de relações de gênero mais igualitária, formação de lideranças, acesso a crédito e outras ações que direta e indiretamente fortalecem as lutas das mulheres. A estratégia do MIQCB nesse momento era conseguir desenvolver com as quebradeiras de Codó um trabalho mais consolidado, e ao mesmo tempo conhecer a realidade dessas mulheres na região.

Portanto podemos perceber que a decisão tomada no Encontro Regional do Médio Mearim e a execução dos dois Projetos de ATES consolidou o MIQCB no município de Codó. Tendo ao longo desses anos ampliado as suas ações como o trabalho realizado com as crianças e suas famílias, na mobilização de recursos, com o Projeto conhecido como Sistema de Vínculos Solidários, que em parceria com uma ONG a ActionAid tem atuado em mais de vinte comunidades no município. As parcerias com as Associações dos bairros Codó Novo e Nova Jerusalém têm trazido um elemento diferenciador das demais ações executadas pelo MIQCB que é a atuação com as quebradeiras de coco que vivem em espaços ditos urbanos, mas que exercem suas atividades produtivas na roça e quebra do coco. “Depois que o MIQCB começou a trabalhar aqui com a gente tem sido bom demais, a gente se fortaleceu mais as quebradeiras aqui” (depoimento de Dona Áurea Maria da Silva)

O MIQCB passa a ampliar as suas discussões, antes centrada nas áreas rurais. Passa a enfrentar um desafio já posto alguns anos, mas que até então, dentro do Movimento era tratado como casos ligados a cidade, não sendo dessa forma o foco do trabalho do MIQCB. A parceria com as associações de quebradeiras dos bairros Codó Novo e Nova Jerusalém, ambas na cidade de Codó, tem limitações na relação, pois essas associações tem sua forma organizacional, suas parcerias locais, relações com o poder municipal e empresas que ultrapassam as esferas de decisão da coordenação do MIQCB. Assim a parceira não está condicionada a regras escritas, tratadas, mas regras simbólicas, aparentemente compreendidas

pelas organizações. Dessa forma quando a Associação fez parceria com a CEMAR ou com o FC Oliveira o MIQCB não participou em nenhuma dessas decisões. A dona Maria de Jesus Ferreira Bringelo, que atualmente ocupa o cargo de vice-coordenadora geral do MIQCB diz

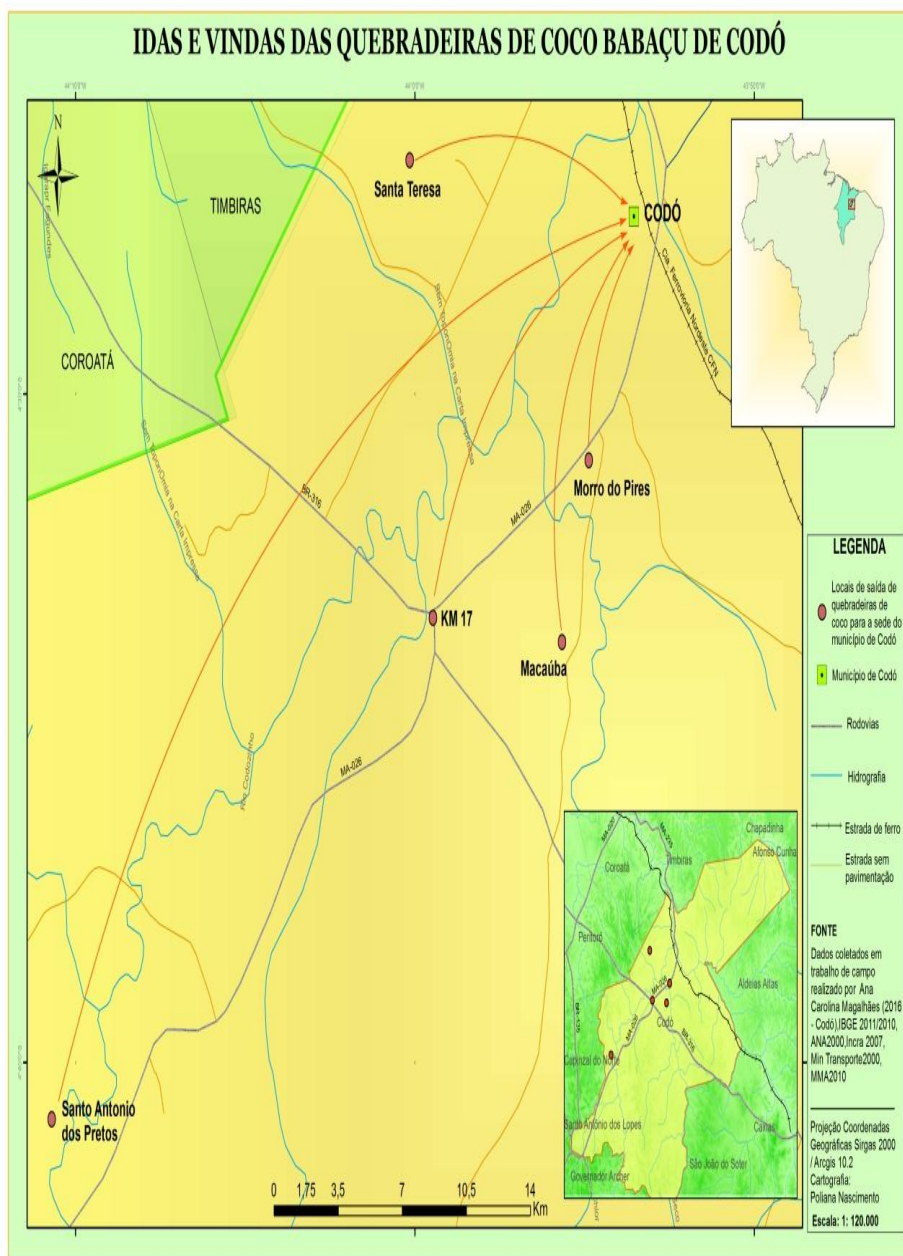
O MIQCB sempre lembra que tem que ter cuidado com essas parcerias, a gente não concorda com essa parceria com o FC Oliveira mas a decisão é da Associação das quebradeiras de lá (se referindo a Codó). Elas já tinham o trabalho delas organizado e suas formas de trabalhar, e isso a gente não pode intervir. O que fazemos é chamar para a discussão política, capacitar mas não se meter.

Durante as entrevistas percebemos que as falas das mulheres entrevistadas, em alguns momentos colocam em forma de “parceria” a relação com o FC e outros como uma relação conflituosa.

Com o FC Oliveira o pessoal começou dizendo que a gente não ia ficar com aquela casa porque o Chiquinho é empresário e não ia aceitar uma fábrica que fizesse óleo, sabão, sabonete, detergente, ele não ia aceitar porque ia perseguir ele lá. E ai ele foi para nós e disse que jamais, ele queria era que nós produzisse também. Ele pegou vinte mil e deu para nós, dinheiro, moeda, dinheiro mesmo pra gente comprar coco, pra nós botar a nossa máquina pra funcionar (dona Marina Everton Ribeiro Freitas; 2015; Comunidade Santo Antônio dos Pretos)

O mesmo empresário é conhecido no município como o maior devastador dos babaçuais. Dono de grandes propriedades de terras, criador de gado, dono da maior empresa de produtos de limpeza, produzidos a partir do óleo de babaçu do município de Codó. Contraditoriamente a importância econômica que o babaçu tem para sua empresa, vimos atitudes que não fortalecem as quebradeiras de coco, além da devastação da floresta de babaçu o empresário não compra o babaçu das quebradeiras de coco babaçu ainda fortalece o sistema de compra feita pelos atravessadores na região.

Essas formas de pressão advindas de investimentos privados, com o aval do Estado, contribuíram para os sucessivos deslocamentos de famílias de quebradeiras de coco internamente no município de Codó, como demonstra o mapa abaixo:



Mapa: Poliana Nascimento. Fonte: Pesquisa

O mapa situa algumas das comunidades onde as quebradeiras de coco viviam antes da ida a Codó Novo, algumas como é o caso de dona Maria José Melo, moraram em várias comunidades antes de ir para Codó Novo. No mapa localizo as comunidades que representam esses deslocamentos. Dona Maria José Melo nasceu na Sapucaia, aos 7 anos foi para Tanti, depois mudou para Bonfim, de lá para Santa Tereza e depois mudou-se para Codó Novo. A Dona Áurea Maria da Silva também nos contou a sua trajetória antes da chegada a Codó Novo, ela morou em Macaúba, no Quilometro Dezessete até ir para Codó Novo.



## 2.2. Estratégias de relações com as organizações que atuam em Codó Novo:

Aqui em Codó Novo não tinha associação, nadinha de apoio às quebradeiras não. A gente que fundou (dona Áurea Maria da Silva; 2016; Codó Novo). Na fala de dona Áurea vimos que quando chegou em Codó Novo, não havia associação ou outra forma de representação das quebradeiras de coco. O que dona Áurea nos conta é que foram sentindo necessidade de “reunir” de “conversar nossas coisas, né?”

Araujo (2000, p.199) “a transitividade por diferentes espaços se constitui, portanto em uma estratégia para reforçar novos elementos de identidades não contemplados no sindicato”, essa citação de Araujo se referindo as mulheres quebradeiras de coco e seus processos organizativos, reflete a necessidade das quebradeiras de Codó Novo em buscar suas formas organizativas que tivesse uma pauta voltada para as suas necessidades e interesses.

Além das duas Associações de quebradeiras de coco que tem em Codó Novo existem outras organizações parceiras que fortalecem as ações das quebradeiras de coco. Tem a Associação de quebradeira de coco do bairro Nova Jerusalém, A PLAN<sup>22</sup> e o MIQCB. Além das organizações as quebradeiras de Codó Novo mantém uma rede de articulações política que envolve políticos e empresas como a CEMAR e FC Oliveira.

O que vimos em algumas falas é que essas relações, às quais me refiro, entre as quebradeiras de Codó Novo e as empresas acima citadas, em alguns momentos têm ações que unem e outros se afastam, em decorrência de interesses divergentes, entre elas: com as empresas o apoio que aparece é financeiro, apoio a projeto, como o Projeto financiado pela CEMAR, para melhoramento da produção de sabão, com investimento para construção e melhoramento na estrutura da fábrica, com o empresário FC Oliveira, que entregou uma caixa com um total de R\$ 20 mil às mulheres da Associação no Beneficiamento do Coco Babaçu de Codó Novo. Com os políticos a parceria nos parece envolver favores, doações, como o caso dos terrenos para a construção das casas das duas Associações das quebradeiras de coco, o transporte para conduzirem elas aos locais de quebra de coco, enfim relações que não fazem parte de um plano de ação, um programa de governo municipal para fortalecer a economia das quebradeiras.

---

<sup>22</sup> Plan International Brasil- organização não governamental, com trabalhos desenvolvidos com famílias de quatro estados do nordeste brasileiro (Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí). Tem trabalhos desenvolvidos com as quebradeiras de coco de Codó Novo e Timbiras.

Foi o prefeito que alugou um carro para levar as quebradeiras todo dia pro mato (...) O ex prefeito Antonio Joaquim, em 86, ele era prefeito nesse período, aí ele começou. Ele achou uma grande necessidade, por que não tinha condições das quebradeiras vir todo dia para o Dezesete, pagando passagem (...) (dona Áurea Maria da Silva; 2015; Codó Novo).

Embora tenha permanecido a iniciativa do ex prefeito Antônio Joaquim, pois até hoje o prefeito mantém o “acordo” da prefeitura garantir o transporte para as quebradeiras, é sempre uma combinação com o prefeito em exercício. Não é garantido, mas acordado, o que pode implicar domínio de políticos com promessas de continuidade e “apoio” as quebradeiras de coco.

### CAPITULO 3 – “TEM O BABAÇU, LÁ É A MINHA CASA”

O tradicional pressupõe esta maneira de existir coletivamente. Isso é o que caracteriza esse outro mundo possível (ALMEIDA,2006, p.65)

O Maranhão na década de 1970 foi palco de conflitos na luta pela posse da terra. A disponibilidade de terras devolutas e adequadas para o plantio despertou a vinda de imigrantes para o Estado. As políticas de incentivos a pecuária e a grande produção agrícola, incentivadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE abalou fortemente as famílias agroextrativistas, que já viviam com seus modos de organização social e econômica estabelecidos.

Neste capítulo trago uma reflexão sobre a organização social, política e econômica das quebradeiras de coco na região ecológica dos babaçuais. Para tanto utilizo as narrativas das mulheres quebradeiras sobre o processo de deslocamento entre os povoados até o bairro Codó Novo e como se deu a organização da sua produção nesse novo espaço.

Abordo os processos de deslocamentos das quebradeiras de coco babaçu de seus povoados ou interior como as mulheres que entrevistei se referem aos lugares de “origem”. A abordagem aqui não trata a questão como um problema, ao contrário aponta para uma reflexão do processo de deslocamento frente às políticas de Estado e como essas interferiram diretamente na decisão das quebradeiras e suas famílias a se deslocarem para a cidade.

Os estudos sobre deslocamentos das famílias de trabalhadores rurais não é algo novo, temos importantes pesquisas realizadas, como Fronteiras a expansão camponesa na pré-Amazônia Maranhense, de Santos e Andrade (2009); Entre a cerca e o asfalto a luta pela posse da terra em Buriticupu, de Araujo (1996); Os deslocamentos como categoria de análise o garimpo, lugar de passar; roça, onde se fica e o babaçu nossa poupança de Martins (2012); As frentes de expansão e estrutura agrária, Velho (1981). Mas essa é uma temática que sempre nos instiga pelas histórias e trajetórias de vidas, e por seus consequentes desdobramentos. No caso aqui em questão, a organização das quebradeiras de coco em um

bairro na cidade de Codó, e a manutenção das atividades produtivas na roça e no extrativismo do coco foi o que nos despertou para esse estudo.

Não se trata de uma narrativa sobre o processo de êxodo rural, mas de um processo de organização desses grupos familiares nos espaços ditos “rural” e “urbano”. É uma abordagem sobre o uso de um território, com a existência de uma identidade coletiva. Contrastando com a ideia de perda da identidade cultural ou desestruturação das quebradeiras de coco causada pela mudança para o espaço dito urbano. Aqui trago elementos que apresentam uma autoconsciência política, representada nas formas organizativas como a Associação das Quebradeiras de Coco.

Uma situação semelhante a essa encontramos na pesquisa realizada com os indígenas de Manaus, resultando em uma publicação intitulada **Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**, onde são trabalhados os processos de mobilização e as formas organizativas estruturadas pelos indígenas na cidade de Manaus, o antropólogo Almeida (2008; p.21) nos diz que

Relações impessoais, avanço tecnológico e especialização ocupacional quebrariam com a “homogeneidade” da vida na aldeia, deixando a mostra que não se pode reduzir tudo as figuras primitivas de “caçadores” e “coletadores” na cidade.

A existência de uma associação está ligada a uma consciência da diferença desse grupo. Almeida, citando Kenneth Little, sugere que a associação pode ter a mesma função que os grupos de parentesco têm em “comunidades primitivas” localizadas nas áreas rurais. Representa nesses casos mais que uma organização, representa espaços de “adaptação”, onde de certa maneira o grupo está protegido nesse meio entre a cidade e o espaço rural, onde os membros estão submetidos às mesmas condições de existência.

As quebradeiras de coco que foram para a sede do município de Codó, saindo de diversas comunidades, com realidades diferentes, encontraram ali em uma situação que as uniam. As mulheres e suas famílias estavam em busca de algo “novo” que possibilitasse acesso a um “território livre”, onde pudessem construir suas casas e se estabelecerem em um espaço que de fato fosse delas. A vida “mais digna”, mencionada por elas nas entrevistas refere a uma vida sem humilhações e limitações colocadas pelos ditos proprietários das terras,

pelas excludentes políticas governamentais. Shiraishi chama de uma “história da não-sujeição, da persistência em encontrar uma região que proporcionasse melhores condições de vida, onde a terra e o coco fossem livres”.

O que me fez vir pra Codó foi a vontade de ter um canto que ninguém mandasse nele, que eu pudesse fazer o que quiser. Mesmo sem ter a terra tinha um pedaço que era realmente meu. Nas terras alheias nada podemos fazer nada sem pedir a permissão, nem plantar, nem fazer um puxado na casa. Aqui eu to tranquila, é pequena e nem é de tijolo, mas ela minha (dona Maria Rita;2015; Codó)

A narrativa de dona Maria Rita nos mostra que o sentimento de ter uma casa, uma moradia influenciou fortemente a ida das mulheres para a cidade de Codó, onde algumas ganharam o terreno<sup>23</sup> para construir suas casas. Outras compraram por um preço baixo, mas todas falam que a casa é sua, embora não tenha a terra elas têm a casa própria.

um amigo do meu esposo que já morava no olho d'Água, tinha um lote que dava para construir uma casa, ele vendeu por um preço irrisório, porque a gente não tinha condição de comprar um terreno, e fizemos a nossa casa. (dona Maria José; 2015:Teresina-PI)

Essa conquista tem um significado para as quebradeiras que rompendo com a sujeição de morarem nas “terras alheias”, não estão mais obrigadas às condições impostas. Tendo a liberdade de coletar o coco, onde este possa ser livre e vender a quem considerar melhor.

Antes nós vendia para o Odorico, pro Antonino, pro Carlito, vendia no Zito. São comerciantes em Codó. Desses só o Odorico não os outros são quase atravessadores do Chiquinho, por que eles compravam pro Chiquinho. Agora a gente tem a Associação das quebradeiras que compram o coco. A gente também na Associação usa nosso coco pra fazer faz sabão, faz azeite, faz sabonete, faz óleo, detergente. (Dona Marina Ewerton Ribeiro Freitas; 2015; Comunidade Santo Antonio dos Pretos)

As práticas de sujeição no acesso e quebra do coco continuaram o que muda é que com as quebradeiras não morando mais nas terras desses ditos donos, puderam oferecer seu coco a outros compradores, vender na Associação.

---

<sup>23</sup> O político Renato Archer doou um terreno para muitas famílias que construíram casa e constituíram assim o bairro Codó Novo.

Quando sujeitas aos contratos extrativos, as quebradeiras de coco são obrigadas a quebrar o coco nos barracões das próprias fazendas para vender as amêndoas, trocá-las por mercadorias com os proprietários das palmeiras, ou ainda pagar algum tipo de renda, de 50% ou mais. São os clamados contratos de “foro”, “arrendamento” ou mesmo o “contrato de meia” (SHIRAIISHI;2000;p.45)

A decisão de sair permitiu que as quebradeiras de coco não estivessem mais sujeitas a essas condições sob pena de serem expulsas das casas em que viviam de “propriedade” dos fazendeiros. Não podemos simplificar que a saída automaticamente significaria não estarem sujeitas aos fazendeiros no acesso ao babaçu e pagamento de foro. Contudo traz certa autonomia “se a gente na Associação não compra naquele dia, a quebradeira vende para outro, se não quiser vender ou se não tiver com muita precisão junta pra vender depois na Associação mesmo” (dona Áurea Maria da Silva; 2016; Codó Novo).

É na busca de romper com essas formas de sujeição que as quebradeiras de coco saem a procura de “terra livre”, embora essa terra livre não tenha significado uma terra sua, ou livre no sentido totalizante da palavra, mas pode ser livre na ato da escolha de onde por a roça e onde quebrar o coco, ainda que limitada as possibilidades dessa escolha. Foi nessa busca que dona Maria José Melo e sua família percorreu vários lugares

Eu nasci em um local chamado Sapucaia, município de Codó. Quando eu sai de lá, da Sapucaia eu tinha de 5 a 7 anos, e ai fomos para outro lugar chamado Tanti. Ai de lá ai eu vim pra Ca pra Codó, aqui em Codó em vim pra casa de um irmão da minha mãe, ai eu estudei, mas não me formei, estudei pouco. Ai voltei de novo para onde meus pais,eu cheguei La em um ano no outro ano eu me casei (dona Maria José Melo)

Dona Maria José, assim como muitas mulheres, caminhou com sua família, fazendo moradas em muitos “interiores”, como ela relata abaixo:

Quando voltei de Codó meus pais já não moravam mais em Tanti, já era Bonfim. De Bonfim fui pra Santa Teresa já casada.

**AC: Por que a senhora saiu de Bonfim?**

MJ: Porque o pessoal de lá tava todo mundo indo se embora, meu pai também foi embora de lá e pra não ficar só, nós também fomos embora, porque lá morava pouca gente. Ai nos fomos embora para esse lugar chamado Santa Teresa.

Alguns anos depois dona Maria José também deixou Santa Teresa e foi embora para Codó.

Quando a gente veio pra cá pra Codó primeiro eu vim sozinha em 1983, eu tinha parece que 35 anos, ai eu vim me embora aqui pra Codó e deixei meus filhos tudinho lá com o pai deles, eu vim foi largando o pai deles, vim separada...Aí aluguei uma casinha, foi um dia de quinta-feira , aí quando foi de tarde mesmo eu fui buscar os meninos...Aí fiquei com os meninos aqui, ai fiquei assim meio desorientada, pensando como era para eu viver aqui, eu não tinha um emprego, eu não tinha nada.(dona Maria José)

Assim como dona Maria José outras mulheres foram para Codó sem saber ao certo como seria a vida nesse novo espaço. Nas entrevistas que fiz, foi comum as mulheres falarem sobre as incertezas em relação ao trabalho, “quando cheguei aqui passei dois meses sem ir pro mato, depois fui me enturmando e ai até hoje to aqui “(Maria Raimunda da Silva). Pouco a pouco cada uma foi se organizando nas suas atividades produtivas e modos de vida

Ai eu comecei, ai eu comecei o pessoal que a gente se conhecia ali perto de Montevideú, ali perto de Codó, ai eu vinha todo dia, eu vinha com os meus meninos quebrava coco lá, fazia roça. Ai nós vinha era de pé todo dia de lá de Codó para Montevideú quebrar coco, passava o dia todinho, quando dava de tardzinha nós ia se embora pra casa. (Dona Maria José)

A trajetória da família de Dona Maria José Melo nos remete para a compreensão de mobilidade como um ato de resistência das quebradeiras de coco babaçu, na manutenção da sua identidade e cultura. Como indica Scott (2002, p.11)

parece mais importante considerar o que podemos chamar formas cotidianas de resistência camponesa- a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros.

Scott nos traz uma reflexão para além da resistência, ocorridas “em confrontações diretas”, ele nos chama a atenção para as formas silenciosas de resistência, “as silenciosas guerrilhas que tem lugar no cotidiano de várias populações” (SCOTT, 2002, p.11). Essas

formas de resistência são, segundo Scott igualmente importante, o que está em jogo é o acesso a terra e território e a identidade dessas mulheres.

Quando iniciei a pesquisa a impressão primeira foi que as quebradeiras de coco que moram em Codó Novo não haviam lutado pela terra, pelo acesso livre ao coco. As mulheres que entrevistei durante a pesquisa vieram de povoados diferentes, mas sempre com motivações semelhantes para as suas saídas. Reforçando novamente o que SCOOT (2002, p.11) menciona sobre as motivações das formas de resistência cotidiana

Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes.

A partir das leituras e das entrevistas fui compreendendo que aqui estava o foco central desta pesquisa: refletir sobre os processos de resistência, de como essas mulheres quebradeiras de coco veem e ocupam o território onde vivem. O que fui entendendo é que a divisão desses espaços da comunidade e da cidade não existe para elas.

Quando as mulheres entrevistadas apontavam a saída dos povoados e buscavam o desafio de um novo local, era sempre com uma preocupação da sua existência enquanto quebradeiras de coco. Resistindo as mais diversas formas de sujeição impostas a elas e suas famílias. A saída não aparece como uma desistência, ou uma derrota, e sim como uma alternativa no jogo, se fizermos uso de Bourdieu na sua conceituação de estratégia, para continuar existindo como quebradeiras de coco.

Não existe uma razão única que levou as quebradeiras de coco e suas famílias a buscarem moradias na cidade. As razões se misturam nas histórias contadas por cada quebradeira de coco mas também se separam em suas individualidades. O que todas essas mulheres e suas famílias tinham em comum é o fato de todas serem sem terra.

O pessoal saíram, essas mulheres viviam no interior quebrando coco, trabalhando de roça, aí saiu por que os fazendeiros compraram as terras e expulsaram o pessoal, não queriam mais ninguém, tiveram que ir pra dentro das cidades sem condições de comer, sem ter nada. Por que eram acostumado no interior, foram pra lá não levaram nada. Não tinham terra pra plantar, o coco pra quebrar. (Dona Marina Ewerton Robeiro Freitas; comunidade Santo Antonio dos Pretos; 18 de abril de 2015;)



A trajetória de vida dessas mulheres que vieram dos povoados para a cidade de Codó, explicam uma trajetória, como disse Neto (2000, p.160), “de não sujeição, da persistência em encontrar uma região que proporcionasse melhores condições de vida”. É o que vimos na história contada por cada uma que foi para a cidade em busca de “alguma melhora”, para “dar um basta na sujeição”. Algumas “deixando tudo para trás”, outras mantiveram suas casas nas comunidades, onde ficam quando estão trabalhando na roça e no coco. A dona Maria Raimunda da Silva nos conta que vendeu tudo o que tinha no interior quando foi embora “Quando vim de lá vendi porco, jumento, arroz, milho, galinha e aí compramo a nossa casa aqui”.

Santos e Andrade (2009, p. 37) diz que “as estórias de vida espelham o próprio sentido dos contínuos deslocamentos e expressam regras de deslocamento de populações intrínseca às sociedades camponesas”. As frentes de migração no nordeste trazem mudanças nas relações entre os ditos proprietários e os pequenos agricultores, pois o aumento da procura de áreas para plantar eleva os preços pagos no foro. Como lemos na obra de Araujo (1996, p.57)

Bom a mudança foi devido a duas coisas: a cobrança de renda, terra também cansada, não dava pra muita coisa, o terreno era mato...não tinha mais terra para trabalhar , além de ser cara a renda; e nos livrar da perseguição, que também apressou essa mudança. Como nós, vários outros também...(trechos da entrevista de Manoel da Conceição<sup>24</sup>)

Em entrevista a dona Maria José Melo nos diz que onde “tem babaçu lá é nossa casa”, se referindo a “periginação” feita por ela e sua família até chegar em Codó Novo

Meu filho tinha muita vontade de vir morar na cidade de Codó, mas eu dizia a ele- o que vamos fazer lá? Morrer de fome? e ele dizia porque os que tão lá não morrem? Então pensei- nós também vamos e lá vamos quebrar o coco e colocar a roça que é o que sabemos fazer. E viemos! Nunca me arrependi! (Maria José Melo; 2016; Codó Novo).

---

<sup>24</sup> Trecho da entrevista de Manoel da Conceição em Araujo (1996).

Dona Maria José foi uma das quebradeiras de coco que saiu do povoado em busca de educação para os filhos, incentivada por um de seus filhos, que tinha vontade de estudar, mas não tinha acesso à escola no povoado onde moravam. Ela nos diz que foi com a quebra do coco e a roça que ela e o esposo continuaram a sustentar seus filhos na cidade.

Nesse começo a gente ia andando, de carona, pagando as passagem. Depois fomos nos organizando, aí quando já tinha a Associação, conseguimos o caminhão para deixar as quebradeiras todo dia no Quilometro Dezessete. (dona Áurea Maria da Silva)

A decisão de ir morar na cidade de Codó já trazia um primeiro medo a Dona Maria José Melo, assim como ela outras mulheres diante da possibilidade de sair de perto da floresta de babaçu, da terra para plantio e morar na cidade, apresentava o receio de perderem seu trabalho, sua renda. Mas na medida em que foram chegando a Codó Novo, as quebradeiras de coco foram se organizando, se juntando para a quebra do coco.

### **3.1. Economia do babaçu em Codó Novo – rede de comercialização**

A decisão de ir morar na cidade de Codó já trazia uma primeira preocupação a Dona Maria José Melo, assim como ela outras mulheres diante da possibilidade de sair de perto da floresta de babaçu, da terra para plantio e morar na cidade, apresentava o receio de perderem seu trabalho, sua renda. Mas a medida que foram chegando a Codó Novo, as quebradeiras de coco foram se organizando, se juntando para a quebra do coco.

Nesse começo a gente ia andando, de carona, pagando as passagem. Depois fomos nos organizando, aí quando já tinha a Associação, conseguimos o caminhão para deixar as quebradeiras todo dia no Quilometro Dezessete. (dona Áurea Maria da Silva)

As quebradeiras de coco babaçu que moram no bairro Codó Novo têm uma rotina de segunda a sábado na quebra do coco que envolve acordar cedo todos os dias, preparar o almoço para levarem para o mato ou separar os alimentos que deverão ser preparados no mato e somado com a “mistura” das outras companheiras ser o almoço, que é compartilhado entre

todas. Elas saem de casa por volta de seis e meia da manha e vão para os pontos onde passa o caminhão para buscá-las. A última parada é já na saída da cidade, na avenida principal de lá vai até o Quilometro Dezessete. Algumas mulheres e também alguns homens vão descendo no caminho, pedindo parada nos locais que irão trabalhar.

A Associação Comunitária dos trabalhadores no beneficiamento do babaçu compra a produção das quebradeiras de coco, sócias e não sócias a um valor de dois reais o quilo do coco. Esse valor embora seja acima do valor pago pelos atravessadores no município de Codó, segundo a informação de dona Áurea Maria da Silva, é inferior ao valor repassado pelo governo federal, na política de garantia do preço mínimo, que atualmente repassa o valor por quilo do coco babaçu dois reais e oitenta e sete centavos<sup>25</sup>. Em média essa Associação compra de oitenta a noventa quilos por dia de amêndoa de babaçu para a produção do azeite e óleo. Segunda dona Áurea a Associação compra o coco três vezes por semana.

Tem semana que o carro vem três dias, quebra, ai quando ele quebra é preciso botar ele na oficina, aí é muito difícil ele sair ainda aquela semana, aí só na outra. (dona Áurea Maria da Silva; 2015; Codó Novo)

A Associação compra coco das quebradeiras para processarem o azeite e sabão para a comercialização, feita em grande parte em Codó mesmo, dona Áurea diz que “as pessoas vão comprar em casa, vão comprar na Associação, nas feiras”.

Além da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu as quebradeiras vendem sua produção para os atravessadores, sendo o Senhor Jacinto o maior comprador. Codó tem a maior empresa de produtos de higiene e limpeza do Maranhão, feitos a partir do óleo de babaçu, mas não apareceu a venda do babaçu a essa empresa em nenhuma das entrevistas. Ao perguntarmos para dona Áurea se o senhor Francisco Oliveira comprava o coco das quebradeiras, ela nos respondeu que não, ele comprava direto dos atravessadores, “ele já comprou o azeite de nós lá na Associação, mas a amêndoa não”.

Dona Áurea explica como dividem a venda do azeite produzido por elas

---

<sup>25</sup> Calculado com base no Preço Mínimo básico fixado pela Portaria do Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento- MAPA, nº 123, de 05/07/2016, para amêndoa do babaçu, independente do tipo. Fonte CONAB.

A gente soma os quilos que foram comprados aí a gente tem que catar esse coco todinho, aí vê quantos quilos ele tá dando depois de todo limpo, catado aí a gente vai tirar o azeite. Aí que você vai tirar a despesa do coco que você comprou, do coco que você comprou, da energia. Nós mesmo quando tira o azeite a gente cobra vinte e cinco centavos o quilo para ajudar a pagar a forrageira, não paga mais ajuda a pagar o talão de energia, pra ajudar. Aí a gente tira a despesa, aquele restante que fica, aquele saldo que sobrou a gente divide. Se é três, a quatro mulheres que tira azeite, a gente divide em partes iguais. Se sobrou cem reais, a gente divide aqueles cem reais entre as que produziram (dona Áurea Maria da Silva;2016;Quilometro Dezessete)

A organização da produção e venda dos produtos é feita pelas próprias quebradeiras de coco, pela fala de dona Áurea, vemos que há uma preocupação em reservar um valor, embora pequeno, mas que possa garantir a manutenção das máquinas e equipamentos, o pagamento das despesas de funcionamento da sede da Associação, como água e luz. Também a divisão entre as produtoras do recurso resultante das vendas dos produtos produzidos pelas sócias.

### **3.2. Acessando os Programas e Políticas Governamentais de Comercialização**

As quebradeiras de coco babaçu têm uma luta histórica pelo reconhecimento e valorização da economia do babaçu. Tendo talvez como maior reconhecimento os debates em torno do livre acesso aos babaçuais, na garantia da reprodução física e cultural das quebradeiras de coco e suas famílias.

O babaçu tem que ser livre, porque não adianta a gente lutar pra ter direito de vender nossos produtos se o babaçu tá na terra alheia. A luta pelo babaçu é pra garantir todos nossos direitos. (dona Maria de Jesus Bringelo; 2013; São Luís).

Para essas mulheres que tem como missão a luta contra a opressão e sujeição impostas de várias maneiras a elas e seus familiares. A saída de seus povoados, a ida para a cidade não iria silenciar essas mulheres que tem na sua identidade de quebradeiras de coco mais que um significado econômico, é um modo de vida em que por ele elas têm travado muitas lutas.

Frente às ações de pressão sofridas pelas quebradeiras de coco, que vão desde os conflitos pela luta da terra, lutas e estratégias contra as formas de sujeição impostas pelos “ditos donos da terra”, as ações de exploração das empresas<sup>26</sup>, atravessadores, as derrubadas e queimadas do babaçual. As quebradeiras de coco têm reagido através da mobilização e organização criando estruturas institucionalizadas, promovendo formas de acesso a recursos de incentivo e melhoramento econômico das quebradeiras.

Embora as quebradeiras de Codó Novo tenham acesso “livre”, ou melhor, permitida, ao babaçu na área da fábrica de cimento Nassau, no Quilômetro Dezesete, e tenha uma estrutura, embora pequena, mas que facilita e amplia sua produção de sabão e azeite, as quebradeiras ainda enfrentam as dificuldades na comercialização dos seus produtos. Essas dificuldades passam desde o atendimento as exigências feitas por órgãos do Estado, que exigem que as unidades de produção bem como os produtos advindos da agricultura familiar e extrativismo estejam em cumprimento a legislação e normas da Agência Nacional Vigilância Sanitária - ANVISA.

É desigual porque o governo coloca as mesmas regras para as comunidades e para as empresas, aí fica difícil, é desigual né? (dona Maria do Rosário, 2015, São Luís)

Na busca pela valorização do coco babaçu as quebradeiras de coco tem avançado no reconhecimento de políticas de valorização econômica do babaçu. A partir de 2009 o governo federal passou a reconhecer o babaçu na cadeia produtiva dos produtos da sociobiodiversidade, passando dessa forma a compor a lista dos produtos tabelados com o preço mínimo a ser pago a ele. Além do babaçu mais dez produtos do extrativismo foram priorizados por essa política: açai, baru, mangaba, borracha, cera de carnaúba, mangaba, piaçava, pequi, umbu e pó cerífero tipo b e a castanha do Brasil. A Política Nacional de Garantia do Preço Mínimo – PGPMbio<sup>27</sup> como é conhecida a Política de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade é um programa de subvenção direta, onde o

---

<sup>26</sup> A empresa Floresta Brasileira, que fica instalada em Itapecuru Mirim compra coco no Dezesete, Santo Antônio dos Pretos. Segundo dona Áurea Maria da Silva, as mulheres juntam coco e vende pra eles, “por isso o coco no Dezesete tá ficando difícil, agora tem roubo de coco, de casca, do carvão”.

<sup>27</sup> O decreto –lei nº 79 de 1966 instituiu normas para a fixação de preços mínimos e aquisição de produtos agropecuários. A lei nº 11.775, de 2008 permitiu a modalidade de subvenção direta que prevê ao extrativismo o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seus produtos por preços inferiores ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

governo subsidia o valor até atingir o preço mínimo tabelado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.<sup>28</sup>

As quebradeiras de coco tem buscado diversificar sua renda, uma das formas tem sido o acesso aos programas governamentais de comercialização dos seus produtos, vindos do babaçu ou da roça e de hortas das quebradeiras de coco. Esses programas são acessados através Associação, que mais recente também tem buscado o incremento da renda na comercialização dos seus produtos, através dos programas de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e a PGPMbio.

O PAA também é conhecido como Compra Direta, pois prevê a compra dos produtos diretamente dos agricultores familiares e a doação às entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O Programa é implantado por meio de convênio formalizado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e o Estado através do poder municipal.

O PNAE utiliza recursos orçados no Tesouro Nacional sendo executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento pela Educação. A proposta do Programa é garantir na alimentação escolar alimentos provenientes da agricultura e extrativismo.

A luta é muito grande, o governo diz que tem recurso, ai vem a nutricionista da prefeitura e diz que o mesocarpo não presta, as cozinheiras dizem que as crianças não gostam., Ai a gente tem que enfrentar, vamos no prefeito aonde for. A gente ensina a fazer o chocolate, o bolo, biscoito, fica tudo gostoso. (dona Helena Gomes;2015; São Luís)

A renda mensal advinda desses produtos tem um valor significativo no orçamento da família, o que traz as mulheres não só benefícios financeiros, mas também traz autonomia e valorização do seu trabalho:

Depois que comecei a vender os produtos no PAA passei a ganhar mais mais que meu marido. Mas mesmo assim continuo quebrando coco, por que pra mim a gente só chegou nesse direito por que somos quebradeira. (Dona Lucilene; 2015; Codó)

---

<sup>28</sup>Esse órgão é responsável pela subvenção direta, tabelando os valores dos produtos inseridos na PGPM.

O acesso aos programas exige um trabalho por parte da Associação, que tem que buscar o público a que a produção será repassado, emissão de notas fiscais e outras burocracias, que limita o acesso de muitas quebradeiras de coco ainda a essas políticas. A Dona Maria José considera que o acesso ao PAA e PNAE além da importância econômica, fortalece as quebradeiras de coco dentro do município.

Nós fornecemos lanche feitos dos produtos do babaçu, como biscoito, bolos de mesocarpo, frutas, sucos dos nossos plantios. Já servimos em eventos da prefeitura, da Universidade, isso pra gente é muito importante (Dona Maria José; 2015; Codó).

Percebemos que as quebradeiras de coco estão buscando novas estratégias de organização política, social e econômica dentro do espaço da cidade. “A gente tem ganhado mais respeito e reconhecimento” (Dona Maria José). O reconhecimento pelo Estado através da criação e implantação de Programas que reconhecem os produtos da agricultura familiar no sentido de garantir sua reprodução enquanto produtoras de alimentos básicos para a alimentação como produto de valor econômico, também tem dado visibilidade as quebradeiras de coco e suas organizações. Esse reconhecimento é fruto de muitos diálogos e pressões políticaS, propostas pelas quebradeiras em suas diversas formas organizativas, seja através do MIQCB que em uma representação junto aos órgãos federais e as associações a nível mais local tem conseguido a inserção do babaçu nas políticas voltadas a comercialização.

Esse reconhecimento também fortalece as reivindicações das quebradeiras no reconhecimento das florestas de babaçu e a proteção das comunidades tradicionais de quebradeiras de coco como cuidadoras dessas florestas. Chamando a atenção da necessidade do Estado reconhecer o direito do acesso ao babaçu e o uso dos seus territórios. Nos estados do Maranhão e do Piauí as quebradeiras de coco conseguiram leis que as reconhecem como comunidades tradicionais, homenageando-as no vinte e quatro de setembro<sup>29</sup> como sendo “o seu dia”. Essas leis de reconhecimento são instrumentos fundamentais, pois reforçam e afirmam sua identidade, instrumentalizando-as para conquistas de outras políticas.

---

<sup>29</sup> A data faz uma referência ao primeiro Encontro das quebradeiras de coco dos estados que compõem o MIQCB (Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins) é o dia que se comemora a fundação do MIQCB.

A Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu atualmente acessa os Programas do PAA onde oito mulheres são beneficiárias e o PNAE<sup>30</sup> onde dezesseis mulheres sócias da Associação acessam. Dona Áurea nos fala de como os programas tem sido importantes para a renda das quebradeiras que acessam:

É difícil receber direto mas quando recebemos melhora e melhora muito. Tem mês que recebemos quatrocentos e cinquenta, quinhentos, trezentos e cinquenta, sempre é um valor importante na nossa renda, e que a gente conta pra fazer nossas coisas.

Com esse recurso as mulheres quebradeiras de coco podem ter acesso a outros produtos que não eram possíveis sem esse complemento a sua renda. Embora colocado pelas próprias quebradeiras entrevistadas as vantagens do incremento de sua renda através do acesso a esses programas, o que vimos é que poucas mulheres acessam esses programas: PAA e PNAE apenas vinte e quatro mulheres das mais de cem sócias acessam. A presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Babaçu, dona Áurea Maria da Silva nos diz que “é preciso à gente adiantar um material para fazer as coisas que a gente vai vender no programa, e tem mulheres que não querem fazer, mas na medida que vão vendo que tá dando certo elas podem ir se animando”. Pode ser também dificuldades relacionada a burocracia que tem que atender para serem incluídas nos programas. Se inserir a uma realidade que exige documentos, atender quantidades de produção, pode ser também algo em algumas mulheres não tem domínio de fazer.

Em atendimento as demandas das comunidades tradicionais, formalizadas em espaços, integrando pautas é resultado de negociações de ideias e interesses de fóruns e articulações como o Grito da Terra, Marcha das Margaridas, 8 de Marco, Carta do V Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, e outras mobilizações o Estado passa a reconhecer a necessidade de atender as demandas voltadas para o fortalecimento econômico e valorização das quebradeiras de coco babaçu através de políticas de comercialização, criando uma rede de compra e venda de produtos advindos da agricultura familiar. Essa rede é composta por restaurantes, cozinhas comunitárias, creches, casas de repouso, abrigos, essas instituições podem ser governamentais ou não.

---

<sup>30</sup> A partir do ano de 2009 o PNAE Lei nº 11.947 passa a garantir que no mínimo 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE sejam investidos na aquisição de produtos advindos da agricultura familiar.



Contudo ao instituir tais políticas o Estado cria as regras de controle a que o grupo passa a estar submetido. É o Estado que tem legitimidade para criar os critérios que terão que ser atendido pelos beneficiários. O que Bourdieu chama de “atos do Estado”, que “são atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social”. Esses atos de Estado passam a ser “legítimos” devendo sua eficácia a sua legitimidade e a crença na existência do princípio que os fundamenta” (BOURDIEU, 2014, p. 39). O não atendimento a essas regras ditadas pelo Estado. Embora as quebradeiras de coco tenham pressionado o Estado na busca por reconhecimento, o Estado em resposta implementa políticas, com regras a serem atendidas nas quais as mulheres quebradeiras de coco não se reconhecem.

Eu quero saber se é pra gente ou não essas políticas? Por que o Estado cria dizendo que é pra melhorar a vida da gente mas aí é tanta coisa que a gente que faz parte de um Movimento tem dificuldade de atender e quem nem ta ligada a um movimento, com assessoria, como num é? (Fala da Coordenadora Executiva do MIQCB Rosenilde Gregória em reunião com a Superintendência da CONAB, Brasília- DF, 2015)

Muitas desses critérios não fazem parte das necessidades cotidianas das quebradeiras. Para a direção do MIQCB embora tenha sido uma conquista dos movimentos sociais, o grau de exigência<sup>31</sup> que as quebradeiras têm que atender, dificulta o acesso a tais políticas. É a lógica do capital que muitas quebradeiras estão se recusa a atender, é a forma que talvez algumas delas estão respondendo que não se enquadram nelas. É a resistência silenciosa, discutida por Scott.

Onde a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos. (SCOTT, 2011, p.01)

A CONAB convidou em 2015 o MIQCB para uma reunião em São Luís, a fim de discutir a necessidade de avançar com essas políticas PAA e PGPMbio, nas áreas de

---

<sup>31</sup> Para acessar o PAA as organizações tem que se atender aos critérios de participação constantes nas lei nº10.698 de 2 de junho de 2003 e no decreto nº7.775 de 04 de julho de 2012. O acesso ao PNAE também estabelece regras constantes na resolução nº59 de 10 de junho de 2013.

atuação do MIQCB. Durante essa reunião a Superintendência Nacional da CONAB informou o MIQCB que havia sido devolvido no ano de 2014 recursos aos cofres públicos, por não ter sido acessado pelas quebradeiras de coco e agricultores familiares os referidos programas.

A análise aqui poderia ser voltada ao Estado, em uma reflexão acerca de como programas tão necessários a essa população são tão poucos acessados, pensar por que, aqui no nosso caso estudado, as quebradeiras de coco babaçu não estão buscando, na proporção esperada, esses programas e política (PGPMbio) como mercado para seus produtos.

“A nossa caminhada é longa”, diz dona Áurea se referindo ao caminho percorrido ao longo dos anos, desde que saíram dos povoados onde viviam, a chegada a Codó Novo, “lutamos muito na organização da nossa Associação, hoje temos o reconhecimento como quebradeiras de coco aqui no município, somos chamadas para discutir com prefeito, empresário, político. Agora mesmo estamos discutindo a nossa lei Babaçu Livre”.

É necessário refletir de forma mais aprofundada sobre o acesso a essas políticas de comercialização implantadas pelo governo, que pressionado pelas quebradeiras de coco e suas organizações, criam os programas que possibilitam o incremento na economia através comercialização dos produtos da agricultura familiar e do extrativismo.

Neste sentido evidencia-se que a adesão aos programas oficiais lhes condicionam a um esforço de compreensão e engajamento na rede de comercialização, que por vezes se torna a pauta privilegiada com influência em outras estratégias possíveis. Não obstante a sua importância retratada pelas mulheres, ao mesmo tempo afirmam a necessidade de contínuo aprendizado das normas que regem os programas oficiais. (ARAUJO e NOVAES, 2016, p.15)

A preocupação que o MIQCB tem com as discussões voltadas a comercialização dos produtos, fez com que as quebradeiras criassem a Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco, a temática envolvendo a comercialização, foi se tornando cada vez mais prioritária, exigindo a necessidade de uma Cooperativa para atender tanto as necessidades de capacitação interna do grupo, envolvendo organização e “melhoramento da produção”, como entender as políticas, as leis enfim toda a burocracia que constituem o acesso aos mercados.

As discussões que movimentam as questões políticas das quebraadeiras de coco estão relacionadas fortemente com as políticas de acesso aos mercados, as políticas governamentais que incluem e excluem esses grupos, que dão visibilidade e ao mesmo tempo as tornam invisíveis.

## CONCLUSÃO

Meu esforço dedicado a esta pesquisa foi abordar um tema que faz parte das minhas relações cotidianas. Não posso aqui me referir ao tema apenas associado à função que exerço, de assessora do MIQCB, ou como pesquisadora. A temática faz parte da minha trajetória de vida. Os desafios foram colocados desde o primeiro momento, como foi dito na introdução, mas, no processo de construção, o diálogo com as agentes sociais, os autores escolhidos, professores do curso do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia, com os colegas de turma e com a minha orientadora foi fundamental.

A minha pretensão primeira na construção desta pesquisa era a realização de uma etnografia das práticas cotidianas de resistência das quebradeiras de coco babaçu. Mas, como diz Bourdieu, a pesquisa é uma relação social. Um trabalho etnográfico necessitaria de um aprofundamento maior, em um trabalho de campo que exigiria mais do tempo que pude dedicar nesse momento. No meio da trajetória de pesquisa percebi que a familiaridade com o tema não era suficiente para a observação exigida em uma etnografia.

Apesar de todos os esforços, percebi, como o título expressa, que trago para a academia contribuições para um exercício etnográfico possível de ser realizado à luz de experiências brilhantes como as vivenciadas por nossos ilustres professores, com os quais tive o privilégio de conviver, nesses dois anos de curso.

Talvez seja importante dizer que para cursar esse Mestrado tive que me ausentar por meio período do meu trabalho. Negociação difícil, que talvez exija de nós, assessores e das lideranças que coordenam os movimentos sociais, uma reflexão sobre a busca por conhecimento, face à necessidade de profissionais mais qualificados para orientar os trabalhos e ações das organizações dos movimentos sociais.

O desafio não foi só meu e aqui compartilho com o MIQCB esse esforço de investir na Educação, em um momento em que os movimentos sociais não dispõem de estrutura para investir na qualificação de seus quadros, garantindo a dinâmica dos seus trabalhos com assessores em períodos reduzidos de trabalho. Decidi fazer um curso de Mestrado em um momento em que os movimentos sociais são bombardeados e pressionados pela burocracia estatal, me submetendo, assim, a um duplo esforço de produção de conhecimentos técnico burocrático e acadêmico.

Com isso não pretendo justificar as falhas que se apresentam nesta pesquisa, mas chamar atenção para a especificidade de um Curso de Mestrado que visa contribuir de forma reflexiva para a qualificação dos quadros dos movimentos sociais, lideranças, filhos de lideranças, formando, assim, uma massa crítica diante das questões sociais que esses movimentos enfrentam.

Esta pesquisa tratou sobre as trajetórias e as estratégias assumidas pelas quebradeiras de coco babaçu em seus confrontos cotidianos. O meu fascínio foi entender que o que eu percebi durante tantos anos, em meu cotidiano de trabalho, não era o que de fato existia. Foi enxergar uma história de luta, de resistências, estratégias desenhadas cotidianamente.

O que eu via antes? Mulheres que saíram de povoados onde estava os recursos naturais para a sua reprodução e foram para a cidade. O que vejo depois da pesquisa? Mulheres de muita coragem, que utilizaram a saída como estratégia para garantir sua reprodução, sua existência e identidade de quebradeiras de coco. Que desenham nesse novo espaço denominado “cidade” seus modos de vida

Percebi, também, que o Estado, na execução de suas políticas, retirou os direitos dos grupos familiares quebradeiras de coco babaçu de permanecerem onde secularmente viviam, impossibilitando-lhes o acesso a terra, a educação, saúde, enfim aos direitos básicos a reprodução social do grupo. O Estado que financia empreendimentos econômicos privados que causam a devastação na denominada região ecológica dos babaçuais é o mesmo Estado que propõe políticas “de inclusão social”, por meio de políticas e programas governamentais, como os aqui citados: PAA, PNAE e PGPMbio, com a justificativa de melhorar a vida das famílias que vivem da agricultura e do extrativismo.

Por outro lado, a ideia de resistência que eu tinha era baseada na luta pela permanência na terra, a resistência em não sair do povoado e brigar pela conquista da terra. Na realização desse trabalho tive a oportunidade, de compreender a resistência, e para isso busquei nas leituras de autores como Scott, Araujo, Almeida, Santos, Andrade e tantos outros citados nesse trabalho, o entendimento de resistência. Compreendi que a saída, a mudança, dependendo das situações, é preciso. Para citar a epígrafe desse trabalho “é preciso que as coisas mudem de lugar para que permaneçam onde estão”

A imersão no curso e suas preocupações analíticas vem possibilitando revisões na prática, como assessora do MIQCB, cuja capacidade mobilizatória vem sendo confrontada com situações específicas como a de Codó Novo. Há de se repensar, também, a noção de estratégia e certos conceitos canonizados que impedem um olhar mais acurado sobre as práticas de resistência que apresentam no cotidiano dessas mulheres.

As experiências das mulheres de Codó revelaram formas e jeitos próprios de estratégia, de negociação, de organização política e de resistência. Tais práticas conjugam elementos que genericamente poderíamos atribuir ao favoritismo, compadrio, colonialismo, no entanto, expressam aspectos que poderíamos compreender como “esperteza” das culturas camponesas ou de povos e comunidades tradicionais nos seus enfrentamentos com as relações de sujeição ou de precisão.

Foi observando e ouvindo essas mulheres que atentei para o que Scott identificou como práticas cotidianas de resistência ou para o que Bourdieu chama de estratégia. Entendi que a saída do lugar de moradia pode representar a busca por condições de existência política e que, por vezes, as condições de existência está fora do lugar de origem, o que nos exigem um olhar reflexivo sobre a ideia de identidade.

Em suas práticas cotidianas, as mulheres rompem com o dualismo cidade x campo e reinventam seu território. Interessei-me nesta pesquisa, em compreender as relações das quebradeiras de coco babaçu nos espaços considerados rural e urbano, bem como as estratégias por elas adotadas com o intuito de manter sua identidade de quebradeiras de coco, exercendo suas atividades produtivas e culturais. Procurei entender como essas comunidades tradicionais das quebradeiras de coco se organizam politicamente frente a outra realidade encontrada no espaço da cidade. As estratégias engendradas, se não podem ser compreendidas como racionalmente concebidas com fins definidos trazem para reflexão os esforços organizativos das mulheres quebradeiras para assegurar a sua existência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth e ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de (orgs.). **Populações tradicionais questões de terra na Pan-Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006, p. 104.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org); SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org); MESQUITA, Benjamin Alvino de (Org.); ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu; MARTINS, Cynthia Carvalho Martins; SILVA. Miguel Henrique da. **Economia do Babaçu: levantamento preliminar**. São Luis: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAFIA, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombolas, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006, p. 140.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno e MOURÃO, Laís. **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo**. Pesquisa Antropológica. Brasília, nº 9-10, 1976.

\_\_\_\_\_. **Autonomia e Mobilização Política dos Camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

\_\_\_\_\_. **Quebradeiras de Coco Babaçu identidade e Mobilização**. São Luís. 1990.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de *commodities* e aquecimento do mercado de terras na Amazônia**. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Entre a cerca e o asfalto: a luta pela posse da terra em Buriticupu**. São Luís, 1996.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu e NOAVES, Jurandir Santos. **Estratégias de resistência de quebradeiras de coco no Estado do Maranhão Frete a Ação de Agentes Desestabilizadores da sua Existência**, 2015.

\_\_\_\_\_. **Memória, mediação e campesinato. As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense**. Manaus: UEA Edições 2010.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuindo para uma psicanálise do conhecimento. Tradução Esteia dos Santos Abreu- Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 3 edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ:Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estado Movimentos Sociais no Campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA Edições, 2013.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. Editora Brasiliense, 1990.

FRAZER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós socialista**. Cadernos de Campo, São Paulo. 2006.

GEERTZ, Clifford. Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Editora Guanabara Koogan S.A. Rio de Janeiro. 1989 p. 13-41

HALL, Stuart. **Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior)**. In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. De Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE, Patrick;

LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p.59-106. Traduzido por Guilherme João de Freitas Teixeira

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Os deslocamentos como categoria de análise- o garimpo, lugar de se passar; roça, onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

MENDRAS, Henry. A cidade e o campo, em QUEIROZ, M.I. P (Org.), Sociologia Rural.



NETO, Joaquim Shiraishi. **Estudo de Caso: Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu.**2015.Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

\_\_\_\_\_. Leis do Babaçu Livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus:PPGSCA- UFAM. Fundação Ford, 2006.

\_\_\_\_\_. Inventário das leis, decretos e regulamentos de terras do Maranhão 1850/1996. UFPA/NAEA, 1998.

SANTOS, Murilo e ANDRADE, **Maristela de Paula. Fronteiras: a expansão camponesa na pré-Amazônia Maranhense.**São Luís: Edufma,2009.

SCOTT, James. **Exploração Normal, resistência normal.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília 2011, pag. 217-243.

\_\_\_\_\_. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Tradução Marilda A. de Meneses e Lemoel Guerra. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 1. 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.